

# A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 64 — VI FASE — Nº 15 — DE 24 DE MARÇO A 5 DE ABRIL DE 1989

NCz\$ 0,40

## TRAMA CONTRA A AMAZÔNIA



A "Classe" traz a declaração oficial do PCdoB, que condena com veemência as tentativas de internacionalização da Amazônia (pág. 16). E passa a publicar, a partir desta edição, uma série especial de matérias do jornalista Jaime Sautchuk em que ele analisa, um por um, os problemas que afligem a região (págs. 14 e 15)



**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

ILUSTRADO POR ENIG LINS

## A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Lopes Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Jeosafá Gonçalves

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — CEP 01318 — S. Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espindola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIAS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



## O "negócio do século", na URSS de Gorbachev

Durante anos o processo revisionista da União Soviética foi conduzido de forma cautelosa, sem muito alarde ou informação pública. Agora, a situação mudou radicalmente. É impossível esconder este processo, que está levando a URSS aceleradamente ao capitalismo e afastando-a definitivamente da doutrina marxista-leninista. Uma das provas mais cabais deste fenômeno, para a qual desejo chamar a atenção dos leitores da "Classe", é o estabelecimento de um mecanismo através do qual as multinacionais americanas poderão, dentro de pouco tempo, converter em moeda forte os lucros obtidos na União Soviética, e repatriá-los para os Estados Unidos.

A operação foi relatada com detalhes numa das últimas edições da revista de negócios "Business Week". Ela será levada a cabo através da ATC — American Trade Consortium, um contrato firmado em segredo, há cerca de um ano, entre empresas como a Archer Daniel's Midland, Chevron, Ford Motor, RJR Nabisco, Eastman Kodak, Johnson & Johnson e o banco New York Mercator. Numa ponta do esquema está a Chevron, que foi autorizada a comercializar no exterior o petróleo da URSS e a gerar, com isso, divisas fortes ocidentais. Ao invés de serem transferidas ao Estado soviético, porém, estes recursos passarão a constituir um fundo subordinado à ATC. É a este fundo que as empresas que visam ao mercado interno soviético recorrerão para transformar em dólares e outras moedas fortes os lucros obtidos em rublos. A seguir, estes dólares serão remetidos aos EUA, numa prática muito semelhante à empregada pelas multinacionais que atuam no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo. Os soviéticos devem concordar com esta condição, de forma a dar todas as garantias necessárias a seus novos parceiros capitalistas.

As empresas que atuarão no mercado da URSS produzirão uma gama de artigos que inclui automóveis, refrigerantes, produtos médico-hospitalares, biscoitos e até camisinhas para a prevenção da AIDS. Entre os planos existentes está a fabricação de carros norte-americanos na União Soviética, para substituir a produção local. Inicialmente, a Ford pretende exportar seu modelo executivo — Scorpio, para substituir o veículo soviético "Volga", que é usado como táxi e carro oficial. Numa segunda etapa, a produção seria transferida para a URSS.

A Chevron, uma gigante mega multinacional do petróleo, já tem seus engenheiros nas regiões de Tenghiz, Sibéria Ocidental e Oriental e nas Ilhas Sakalinas, efetuando prospecção de petróleo. Ela deseja incorporar os novos campos de óleo que descobrir às reservas internacionais que já detém em várias partes do mundo, e explorá-las no momento que melhor lhe convier. A RJR Nabisco está planejando produzir suas famosas bolachas Ritz, assim como cereais para o café da manhã e marcas de cigarros que detém. A Eastman Kodak vai produzir analisadores de sangue e discos de computador. A Archer Daniel está planejando uma fábrica de frutose, amido e álcool.

Considerado por "Business Week" como um dos negócios do século, o acordo com a ATC será firmado em maio, quando todos os detalhes serão conhecidos publicamente. A URSS não poderá mais fazer-se passar por um país socialista, que segue o marxismo-leninismo. O revisionismo já estará totalmente travestido em capitalismo brutal e selvagem.

Sugiro que a "Classe" acompanhe este processo e publique oportunamente uma análise sobre o assunto, a fim de esclarecer seus leitores. (Um empresário nacionalista, S. Paulo-SP)

## Surge em S. Paulo um Conselho Popular

No último dia 26 de fevereiro um grande passo foi dado para fazer avançar em S. Paulo a luta popular e concretizar a união do povo, tão desejada pelas forças progressistas. No bairro de Vila Albertina, zona norte da capital paulista, realizou-se a assembléia de abertura do primeiro Conselho Popular da cidade. Estavam presentes S.A.Bs., representantes de times de futebol, a UJS, a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, creches, representantes do movimento de mulheres e partidos políticos, marcada-mente o PCdoB e o PT.

O Conselho decidiu encampar a luta pela urbanização das favelas, a solução imediata para os problemas de desmoronamento que colocam em risco a vida de muitos moradores, e das enchentes, responsáveis por muitos casos de leptospirose. Mas não se limitou a isso. Levantou também a bandeira da defesa do ensino público e gratuito, da preservação da serra da Cantareira e da extinção efetiva dos "chiqueirinhos" dos ônibus. Defendeu a utilização das escolas, nos fins de semana, pela população. Um ponto importante foi a votação de uma moção de "apoio irrestrito" à greve geral de 14 e 15 de março, proposta pelo representante do PCdoB.

Forma nova de organização popular, o Conselho elegeu o colegiado que o dirigirá entre uma assembléia e outra, delegando poderes para que o colegiado escolha seus coordenadores.

Na opinião dos presentes, a iniciativa "vai pegar"; o Conselho vai crescer e tornar-se um importante instrumento de luta. Rogério Siqueira e Jair Avelar, coordenadores da UJS da zona norte, acreditam que "o conselho poderá desempenhar um importante papel para a juventude, que terá onde debater seus problemas, propor soluções e ouvir de outros setores da população suas reivindicações, lutando conjuntamente para o "êxito de todos". As expectativas de sucesso têm razão de ser. O povo quer democracia, e na medida em que ela lhe é negada dia-a-dia ele cria seus próprios foruns de debate. Tudo faz crer que se dá um passo decisivo para a união do povo (Jeosafá F. Gonçalves e Zelindo I. Spadaccini, membros da Coordenação do Conselho Popular de Vila Albertina)

## O recado de nossa leitora emocionada

Quero primeiro agradecer ao simples fato deste jornal existir. Há alguns meses ele vem me fascinando e me ajudando em muitos sentidos...

Além de ser super-atual e mostrar um lado desconhecido de cada fato, a outra versão, tem um nível cultural e informativo dos melhores que já conheci.

A "Classe" tem me ajudado a estar por dentro da atualidade, me auxilia inclusive no colégio. Muitas idéias do jornal me marcam profundamente, e com elas faço e falo coisas que fazem de mim algo nesta vida. Por coincidência, reportagens e matérias, como a publicada no n.º 12, sobre Darwin, ajudaram-me a fazer palestras escolares. Deste mesmo número, quero aproveitar para dizer que o poeta Maduro Filho é demais. É fascinante a maneira como suas palavras conseguem dar aquele toque de realismo e sentimentalismo no assunto. Adorei também a entrevista com Luiz Fernando Veríssimo.

Mas o que me motivou a escrever a vocês foi o artigo "Pensar e Agir com independência". Quero que saibam que me identifiquei totalmente com os ideais do partido, porém, algo me persegue, eu só consigo ficar na teoria. Leio, assisto e ouço, mas não sou filiada ao PCdoB. Gostaria de ser, mas não sei como. Gostaria também de colaborar nos escritos e também não sei como.

Quero confessar que tenho um certo receio com relação ao comunismo, ao socialismo, as pessoas ainda fazem aquela idéia de que "comunistas comem criancinhas". Quando se fala em comunismo, se é tão criticado e até ridicularizado que sinceramente tenho receio.

Não sei se fui muito confusa ao expressar minhas dúvidas, mas espero que me compreendam e ajudem-me a esclarecê-las.

P.S. Tenho 15 anos, sou estudante do 2º ano secundário e leio muito sobre a realidade política e econômica do país. Tenho uma cabeça muito aberta. Considero-me marxista-leninista, mas concordo com Frei Betto: "Só se conhece de fato o que se experimenta." Portanto, gostaria de "experimentar" um pouco mais do saber. (Adriana Machado, Curitiba, PR)

Assine já o seu jornal "A Classe Operária"  
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....  
Endereço.....  
CEP..... Cidade..... Estado.....  
Profissão.....

"A Classe Operária" custa muito pouco:

Assinatura trimestral: NCZ\$ 2,40 ; Trimestral de apoio: NCZ\$ 4,50

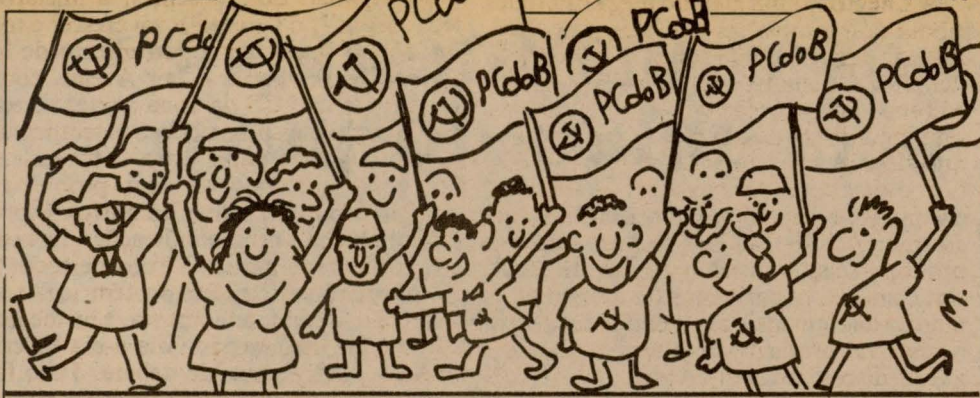
Assinatura semestral: NCZ\$ 4,80 ; Semestral de apoio: NCZ\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal  
Editora Anita Garibaldi Ltda.  
Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — Cep 01318 S. Paulo

## PCdoB na TV

Fitas em VHS com o programa de TV do PCdoB já estão à disposição dos interessados. Procure o diretório regional do partido em seu Estado ou o diretório nacional (R. Major Diogo, 834 — Bela Vista 01324 — S. Paulo — SP — tel. (011) 374057).

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Getúlio Vargas



## EDITORIAL

## O papel histórico do PCdoB

**C**omemoramos neste 25 de março uma das mais importantes datas da História contemporânea do País — o 67º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil. Criado quando ainda era jovem a classe operária e incipiente o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a organização de vanguarda do proletariado viveu, ao longo dessas quase 7 décadas, múltiplas experiências, amadureceu política e teoricamente, ultrapassou períodos turbulentos da vida nacional, enfrentou inimigos poderosos, externos e internos. Foi essa longa provação nos embates da luta de classes, verdadeira epopéia, que o credenciou como partido marxista-leninista para se colocar à frente da classe operária e do povo brasileiro no combate pela conquista de um regime econômico-social e político avançado — o socialismo.

Estes 67 anos da trajetória do Partido Comunista do Brasil provaram ser ele uma necessidade histórica. Sua existência corresponde, não a desígnios pessoais ou vontades subjetivas, mas aos mais profundos anseios e esperanças do proletariado e do povo. Um balanço deste período mostra que o PCdoB marcou indelevelmente com sua presença a vida nacional. Não há acontecimento importante da luta do povo brasileiro durante estes anos que não tenha sofrido a influência da ação política e organizativa do PCdoB.

**A**xperiência histórica mostrou que num país como o Brasil, dominado por elites retrógradas e antidemocráticas, modeladoras de instituições arcaicas e de um sistema político reacionário, onde as lutas sociais até hoje são tratadas como “questão de polícia” e a liberdade política sempre foi uma ficção, construir um partido revolucionário da classe operária não é tarefa de fácil execução.

Muitas vezes os governos ditatoriais anunciaram através de seus arautos a liquidação física do Partido, depois de ações repressivas que em nada ficaram a dever ao terrorismo nazi-fascista. Mas, qual a Fênix da mitologia, a organização de vanguarda do proletariado ressurgiu ainda mais forte e pujante, como que renascida das próprias cinzas.

**N**o período mais recente, quando vigorou por mais de duas décadas o regime militar, as fileiras do Partido foram duramente golpeadas. Centenas de seus militantes e dirigentes passaram pelas torturas em cárceres infectos nos porões das Forças Armadas. Dezenas deles foram assassinados. No entanto, passados cinco anos sobre o fim do regime militar, o Partido Comunista do Brasil é uma consolidada organização da esquerda brasileira, com mais de 100 mil filiados e registro definitivo junto à Justiça Eleitoral (apenas nove partidos no Brasil têm esse status).

É de se perguntar: por que sobreviveu o Partido, se além das tentativas da repressão para liquidá-lo, sua existência foi ameaçada também pelo surto revisionista iniciado por Prestes em meados dos anos 50? A mais, em 1962, quando da reorganização do Partido em novas bases, após a ruptura com os revisionistas, os comunistas autênticos não passavam de umas poucas centenas. E os dirigentes do chamado PCB, caudatários da burguesia, proclamavam que o PCdoB não duraria mais dois anos.

**O** “segredo” da sobrevivência e do crescimento do Partido Comunista do Brasil está na solidez dos seus princípios marxistas-leninistas, na sua linha política justa, que aplica esses princípios de maneira criativa à realidade do país e no fato de que o Partido ousou e soube fazer política real, no curso dos acontecimentos, mesmo quando foi constrangido a viver na mais estrita clandestinidade. Isto significa que o Partido cumpriu e cumpre seu papel na mobilização dos trabalhadores e do povo.

Nesse sentido, a batalha da sucessão presidencial deste ano é emblemática. Mais uma vez o Partido tomou a iniciativa e audaciosamente apresenta ao povo e às forças progressistas do país uma proposta de união e mobilização democrática e popular para bater a reação e avançar na luta pelas transformações revolucionárias de que o país necessita.

Na passagem de seu 67º aniversário, a melhor forma de homenagear a lenda histórica do proletariado é reafirmar na prática este seu papel na vida do país e do povo.

## Íris, instrumento do Planalto

Aldo Arantes\*

**A**tendência de esquerda do eleitorado manifestada nas eleições municipais do ano passado trouxe sérias conseqüências para os partidos que sustentam o governo Sarney. Diante do golpe eleitoral sofrido o PMDB procura “mudar” a sua imagem. Em conseqüência disto, em sua Convenção, pela primeira vez em mais de uma década, defrontaram-se duas chapas: a dos chamados “progressistas” e a dos conservadores.

O resultado da Convenção evidenciou que a chapa conservadora atingiu quase 40% dos votos, obtendo um resultado bem acima do esperado. É bom ter presente que na chapa “progressista” havia muitos moderados, ou mesmo conservadores. No centro de toda a articulação conservadora surge a figura do ministro da Agricultura, Íris Rezende, como candidato à Presidência da República.

Íris passou a ocupar tal posição devido a inúmeros fatores. Primeiro porque se transformou no “ministro bem sucedido” do governo Sarney. Tal fato ocorreu, entre outras coisas, devido ao clima favorável que assegurou grandes safras de grãos. Por outro la-

do, Íris Rezende se transformou num dos mais intransigentes defensores do governo Sarney, carregando com ele nessa posição inclusive o governador de Goiás, Henrique Santillo. Íris, durante os trabalhos da Constituinte, conduziu a bancada goiana para as posições mais conservadoras. Somente dois constituintes goianos votaram a favor da reforma agrária. Por outro lado, o ministro abriu as portas do governo para o diálogo com a famigerada UDR. Assim, Íris Rezende transformou-se em homem de confiança do Planalto e das forças conservadoras e de direita que na Constituinte se articularam em torno do Centrão.

As forças políticas que apóiam Íris sabem que é difícil fazê-lo candidato a presidente pelo PMDB. No entanto, a insistência em manter sua candidatura tem por objetivo aglutinar os setores conservadores e obrigar o partido a pender ainda mais para a direita, viabilizando a dobradinha Quêrcia/Íris, preferida dos setores palacianos. Se isto não for possível, no mínimo esta candidatura terá cumprido o objetivo de barrar as candidaturas de Araes e Waldir Pires.

\* Deputado federal (PCdoB-GO) e membro da Direção Nacional.

## O pulo do gato

Jorge Eltz de Souza\*

**A**pós a derrota do centro nas últimas eleições, as classes dominantes buscam recompor-se unindo o centro com a direita para derrotar a esquerda na sucessão presidencial. Mas a aplicação dessa tática, aparentemente simples e eficaz, não tem sido nada fácil. O PMDB ainda se debate na busca de um candidato. Vários nomes de expressão disputam a indicação pelo partido, mas nenhum conseguiu até agora o consenso necessário, em função das divergências internas.

É nesse quadro de indefinição que o governador do Paraná, Álvaro Dias, oferece-se como alternativa. Usando a fraseologia da “competência”, juventude e “moralidade” e sustentado na sua postura de opositor ao regime militar no passado, tenta mostrar-se como progressista.

Do discurso de posse, em 1987, quando defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa, independência em relação a Sarney e o atendimento das demandas sociais, Álvaro Dias não guarda nada. Daí para cá tornou-se advogado intransigente dos cinco anos para Sarney, postulador do pagamento da dívida através da conversão do fundo de reserva do Estado e arrouchou o salário

dos servidores públicos. Sua atitude tem sido de não negociar e de reprimir os movimentos sociais. Contra professores, grevistas, sem-terra, tem lançado bombas de gás lacrimogêneo e até balas.

Por seu personalismo e seu intento de tornar-se o único líder de expressão no Estado, conseguiu unificar os grandes nomes do centro e da direita contra si. Foi o grande derrotado nas eleições municipais e perdeu a ampla maioria que detinha na Assembleia Legislativa. Embora ainda tenha algum campo de manobra, está politicamente isolado.

Sem sustentação política no seu Estado e sem aliados importantes no cenário nacional, a candidatura de Álvaro Dias é um lance promocional do governador que tenta tirar proveito das dificuldades do PMDB para encontrar um bom nome. Visa com isso aumentar seu cacife para pleitear um posto de destaque no cenário nacional.

Contra suas pretensões, e das elites, estão as forças populares e de esquerda do Paraná que somam na busca de uma frente através de manifestações pela unidade e na grande mobilização conseguida durante a greve geral.

Documentação e Memória  
Maurício Grabojs

Presidente do Diretório  
Regional do PCdoB (PR)

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

## Novas derrotas do Governo no Congresso

Moacyr Oliveira Filho \*

**P**ara conseguir aprovar no Congresso Nacional a Medida Provisória n.º 39, que promove mudanças na estrutura administrativa do governo federal, com a extinção de diversos ministérios e órgãos públicos, entre eles o Ministério da Reforma Agrária, o Palácio do Planalto foi forçado a engolir uma importante derrota. A disposição da maioria dos partidos políticos representados no Congresso era de rejeitar a Medida Provisória, por não concordarem com a extinção do Mirad e a criação de uma secretaria especial para a reforma agrária vinculada ao Ministério da Agricultura. O impasse só foi contornado com um acordo selado entre todas as lideranças. Por esse acordo acertou-se a aprovação da Medida Provisória n.º 39 e a rejeição do decreto n.º 2.363, que extinguiu o INCRA. Com isso, o INCRA volta a existir para conduzir os procedimentos relativos à reforma agrária. Com a rejeição desse decreto caíram também algumas limitações à reforma agrária, incluídas pelo governo no texto do decreto. Entre elas a que estabelecia que a reforma agrária só poderia ser feita em terras inexploradas e localizadas em áreas prioritárias.

Esse episódio mostrou não só o profundo desgaste e isolamento do governo Sarney no Congresso Nacional, como também sua dificuldade de articulação política. Desde a ida do deputado Carlos Sant'anna para o Ministério da Educação o governo Sarney está sem nenhum interlocutor e negociador político no Congresso Nacional. Essa situação aprofunda ainda mais o fosso existente entre o Palácio do Planalto e a Nação e, certamente, tornará muito difícil a vida do governo nesses seus últimos meses. A perdurar essa situação, dificilmente o governo Sarney conseguirá ganhar alguma batalha no Congresso.

A regulamentação das eleições presidenciais de no-

vembro próximo continua emperrada na questão da divisão do tempo destinado aos partidos no rádio e na televisão para a propaganda eleitoral gratuita. Após sucessivas reuniões dos líderes partidários, ainda não se conseguiu chegar a um acordo. De um lado, o PMDB e o PFL querem uma divisão desigual do tempo, de forma a beneficiar os seus candidatos. De outro, os pequenos partidos, entre eles o PT, o PCdoB e PSB, pretendem uma divisão mais equitativa, embora respeitando parcialmente a proporcionalidade das bancadas. Caso não se consiga chegar a um acordo a questão será decidida pelo plenário.

Especula-se no Congresso Nacional que a intransigência demonstrada na mesa de negociações pelo líder do PMDB em relação ao tempo de propaganda eleitoral gratuita na verdade tem outra intenção. Segundo essa versão, o líder peemedebista, ao inviabilizar o acordo, pretende mesmo apresentar um substitutivo integral ao Projeto de Lei, incluindo outras restrições ao registro de candidatos como, por exemplo, exigir um prazo maior de filiação partidária ou impedir o registro de candidatos por partidos que não tenham registro definitivo ou representação parlamentar.

Já o deputado Jorge Arbage, do PDS, representante da extrema-direita, está com outra idéia absurda. Na semana passada, ele deu entrada junto à Mesa da Câmara em uma Proposta de Emenda Constitucional extinguindo todos os atuais partidos políticos e determinando que a eleição presidencial seja disputada por candidatos inscritos por blocos parlamentares. A proposta é tão absurda, anti democrática e fora de sintonia com a nova Constituição que, certamente, terá um destino merecido: a lata de lixo.

\* Jornalista, correspondente da "Classe" em Brasília.

# Novas manifestações pela união do povo

Uma reunião vitoriosa, que demonstra o crescimento da união das forças de esquerda em um país onde unir as forças progressistas para responder à altura os desafios postos nunca foi fácil. Com esta avaliação, o líder do PCdoB na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, encerrou em Recife o Ato de lançamento do manifesto de clamação à unidade das forças populares, realizado dia 17 de março na Câmara de Vereadores.

O encontro contou com uma mesa que espelha todo o leque partidário do campo democrático no Estado — PCdoB, PT, PV, PSB, PSDB e PMDB, além de representantes da CUT, da Corrente Sindical Classista e da OAB.

O deputado federal Aldo Arantes, do PCdoB, que foi ao Recife juntamente com o deputado Haroldo Lima para conversar com o governador Miguel Arraes sobre a necessidade da unidade das forças progressistas nas eleições de novembro, indicou em sua intervenção na Câmara de Vereadores alguns pressupostos que envolvem a construção da frente das esquerdas.

“O primeiro é a idéia de que o candidato é de uma frente e não de um só partido. O segundo é que a frente se articula em torno de um programa claramente definido e não apenas de nomes.”

O deputado Haroldo Lima lembrou que “nunca no Brasil se fez uma campanha com um candidato progressista, de origem popular, tendo um amplo leque de forças a apoiá-lo. Estamos diante de uma oportunidade histórica que não podemos perder”.

O vice-presidente da seção pernambucana da OAB, Maurício Rands, declarou esperançoso: “Alguma coisa muito nova está acontecendo no país. As classes dominantes não têm saída para a crise. A

conjuntura permite uma saída de esquerda. Que esta frente de partidos de esquerda seja a semente de uma união mais duradoura dos trabalhadores e do povo.”

### Assembléia em Alagoas

Cerca de 500 pessoas lotaram o auditório da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas, dia 17, participando da Assembléia Popular e Democrática convocada pelo PCdoB, PT e PSB para discutir o apoio dos partidos de esquerda e entidades populares de Alagoas a um candidato único à sucessão presidencial.

Além dos partidos políticos, esteve presente ao ato praticamente todo o movimento popular e democrático de Alagoas, através de 42 entidades: a Corrente Sindical Classista e a CUT, sindicatos e associações de urbanitários, economistas, professores e trabalhadores em educação, orientadores educacionais, petroleiros, funcionários dos Correios, médicos, assistentes sociais, feirantes, jornalistas, docentes e servidores da UFAL, SENALBA, FASUBRA, químicos, previdenciários, servidores da Secretaria de Saúde, engenheiros, União de Mulheres de Maceió, Associação pró-mulher, DCE da UFAL, diversos centros e diretórios acadêmicos, UJS, União dos Estudantes Secundaristas, associações de moradores, União dos Ecologistas de Alagoas, Associação Cultural Zumbi, Pastoral Operária e até associações desportivas.

### Todos juntos

A Assembléia dirigida pelos presidentes dos três partidos — Ênio Lins (PCdoB), deputado estadual João Neto (PSB) e Pedro Verdino (PT) — transcorreu num clima de muito entusiasmo e unidade. O de-

putado federal Eduardo Bomfim (PCdoB), um dos debatedores, foi muito aplaudido quando afirmou: “A defesa da unidade dos partidos de esquerda e das forças democráticas e populares, neste momento, não é mera palavra de ordem ocasional: é uma exigência do povo e nós não temos o direito de frustrar essa expectativa.”

O vereador Ronaldo Lessa (PSB) fez um relato das reuniões mantidas pela Direção Nacional de seu partido com o PCdoB, o PT e o PV, além do PDT. E não escondeu seu entusiasmo com o avanço dos entendimentos. “Os partidos de esquerda — disse — estão mostrando que têm capacidade política para encontrar os pontos de unidade e lutar juntos nessa campanha.”

Também o debatedor do PT, professor Antônio Moura, reconheceu que “esta luta não é de um só partido ou de uma força política. É de todos nós juntos”.

O Diretório Regional do PCdoB no Paraná também patrocinou um concorrido ato no último dia 9, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado, para lançar o Manifesto pela unidade popular. A reunião contou com a presença de entidades populares e sindicais e expressivas lideranças políticas. O Diretório Nacional do PCdoB foi representado pelo deputado federal Aldo Arantes, enquanto que o PT e o PSB enviaram ao ato membros de suas executivas regional e nacional. Mais uma vez a proposta de unir as esquerdas e o movimento popular e democrático em torno de uma candidatura única galvanizou apoios e adesões.

Nas duas últimas semanas, outros atos desse tipo foram realizados em Teresina, capital do Piauí, e Campinas (São Paulo).

(das sucursais)

Foto: arquivo



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

O concorrido ato realizado em Maceió foi mais uma prova de que as forças populares estão dispostas a se unir.

# Marchas e contra-marchas do centro e da direita

Nas últimas semanas intensificaram-se as articulações na área do centro, do centro-direita e da direita para tentar resolver aquele que parece ser o problema que está tirando o sono dos principais líderes das elites brasileiras: a falta de um nome politicamente capaz e eleitoralmente viável, a fim de se contrapor à visível tendência progressista do eleitorado expressa nos resultados das urnas em novembro de 1988.

O centro das indefinições está nos dois maiores partidos, o PMDB e o PFL. Principais atingidos pela repulsa do povo ao governo Sarney, que sustentam, enfrentam sérias dificuldades pela falta de uma mensagem nova e vivem enredados em insolúveis contradições internas.

## Espírito de Lampedusa

A Convenção do PMDB realizada dias 11 e 12 últimos retratou com especial nitidez a fragilidade política dessa agremiação e sua falta de sintonia com a realidade nacional. Fez-se muito ruído em torno da adoção de um programa e uma postura progressistas, sobre depuração das fileiras e melhoria da imagem, mas no final prevaleceu a filosofia do príncipe criado por Lampedusa em "O Leopardo": mudar as coisas para que tudo continue como está. O PMDB, depois da sua convenção, continua o mesmo. Fica no centro-direita e o máximo de progresso que sua nova executiva consegue esboçar é uma claudicante nota em que proclama sua independência (sic!) em relação ao governo Sarney. Permanece também dividido e tudo indica que vai haver bate-chapa na convenção que escolherá o candidato à Presidência da República.

cia da República.

A candidatura Ulysses se debilita cada vez mais, agora pressionada pela manobra palaciana que infla o nome do ministro da Agricultura, Íris Rezende (ver matéria na seção **Opinião**, pág. 3). E pelos ardis do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, cada vez mais candidato, apesar das declarações públicas em contrário.

## Compromisso com quem?

Nesse quadro, qual o papel e o destino do chamado grupo "histórico" ou "progressista" do PMDB? Ganhar a convenção que indicará o candidato parece um objetivo cada vez mais inexequível. Mesmo que isso ocorresse, não é possível caracterizar como progressista uma chapa que concorra pelo PMDB, por mais bem intencionados que sejam seus integrantes. Ainda mais considerando que essa eventual chapa (vide a composição da nova executiva) seria resultado de um compromisso com Ulysses Guimarães, seu "clubinho do poire" e gente como Newton Cardoso e Quêrcia.

Ao que parece, os "históricos" ainda não compreenderam o principal fenômeno que caracteriza o atual quadro político no país: o afundamento do centro e de toda e qualquer proposta que não apresente soluções de fundo para os graves problemas nacionais. Hoje, quem queira jogar um papel de fato progressista e apresentar-se como força avançada na sucessão presidencial, tem por dever reforçar a unidade popular e democrática, em processo de consolidação na área da esquerda, em torno de um candidato único. Fora daí, objetivamente, qualquer compro-

misso será com as forças conservadoras, um aval às elites.

É ilustrativo a esse respeito o que está ocorrendo com a candidatura tuana de Mário Covas. Embora o senador paulista tenha esfregado as mãos com a retirada do nome do superempresário Antônio Ermírio de Moraes, Covas, na verdade, ainda não decolou, sua candidatura não sente um sinal sequer de vitalidade, como aliás têm reconhecido alguns de seus apoiadores, como é o caso do governador cearense, Tasso Jereissati. E a razão fundamental dessa fraca performance é o centrismo do senador e as concessões que faz à direita.

## Jânio se prepara

O senador pedessista Jarbas Passarinho não desiste do seu projeto de aglutinar forças em torno de uma candidatura da direita travestida de centro. Chega mesmo a defender que seu partido, o PDS, não lance candidatura própria, o que o levou a retirar seu nome da disputa. Tenta a todo custo evitar que Paulo Maluf se candidate pela legenda e sobre isso declarou enfático: "Se o candidato for o Maluf, o partido pode acabar."

Passarinho acena com uma composição com Jânio Quadros, de quem inclusive pode ser o vice. Jânio, em longa vilegiatura no exterior, articula apoios nacionais e internacionais, prepara sua plataforma e organiza a "caixinha" de sua campanha, enquanto espera, de longe, a definição de seus possíveis concorrentes.

O quadro sucessório obviamente não está plenamente definido. Mas observa-se uma acelerada decantação de forças, que vão se delimitando e clareando suas posições.

# NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

## Imprensa burguesa furou a Greve Geral

Clóves Wonder

**H**á uma concepção política de classe por trás das notícias publicadas pela chamada imprensa burguesa? É evidente que há e, ainda mais, recheada de nuances perceptíveis apenas aos desprovidos de sectarismo. Afinal, de quem são os jornais, revistas e redes de rádio e televisão? Quem os sustenta com anúncios ou injeções financeiras? Evidentemente que são a grande burguesia e as multinacionais, representantes do capital internacional.

Por isso, não há que estranhar a abordagem que os jornalões e as duas principais revistas do país, como *Veja* e *Isto É-Senhor*, além das redes de TV, deram à greve geral dos últimos dias 14 e 15. *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *a Folha de São Paulo* e *O Globo*, incluindo aí a *Rede Globo*, orientaram todo o seu noticiário e suas opiniões expressas em editoriais, no sentido de "mostrar" o fracasso da greve geral.

E aí entram as nuances que a imprensa burguesa apresenta a seus leitores e à sociedade em geral. *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, por exemplo, entraram de cabeça na análise treloucada do senhor ministro da (in) Justiça, Oscar Dias Correia, dias antes do início de fato da greve geral. "Vem aí um venezuelão" e coisas parecidas. Depois do sucesso da greve, que afinal foi a maior das três já convocadas pelas centrais sindicais (e a mais expressiva da História do Brasil), tentaram esses dois vestutos orgãos(?) de imprensa jogar toda a responsabilidade da greve em cima das administrações petistas.

*O Estadão* e *O Globo* fizeram manchetes responsabilizando Erundina, Olfvio Dutra, Marcelo Alencar e outros como os responsáveis pelo sucesso da greve, por terem sido constitucionais, ou seja, respeitado o direito de greve garantido pela Constituição. Chegaram a dar os maiores espaços para os advogados e líderes reacionários que pregam a cassação do mandato dos prefeitos que deram apoio à greve e respeitaram a Constituição. Um papel melancólico que esses dois jornalões e a *Rede Globo* fi-

zeram. Quem lia os jornais e assistia à TV e depois saía às ruas, não sabia em que país estava. Se no da greve geral ou no país do Sarney, do Mesquita e do Roberto Marinho.

## Direita enganadora

Já o *Jornal do Brasil*, *a Folha* e *a Isto É-Senhor*, foram um pouco mais maquiavélicos. No fundamental emitiram as mesmas opiniões e notícias do *Estadão* e *O Globo*, mas tiveram o cuidado de abrir brechas ao leitor inteligente. Por exemplo, o *JB*, admitiu o sucesso da greve, mas "alertou" para o prejuízo que ela deu ao país, sacrificando o povo assalariado (igualzinho ao Sarney) e atribuiu também uma parcela de culpa às administrações democráticas e populares. Mas no fundamental, assim como a *Folha*, respeitou a verdade dos fatos no noticiário.

Não podemos nos enganar. Ler os jornalões e as revistas é importante. Mas sempre atentos à concepção de classe que há por trás de quem edita a notícia ou a opinião. Não existe esse negócio de informação isenta. Isto é coisa de *news papers*, dos jornalistas e prepostos que querem agradar aos patrões e arrumar uma falsa teoria para poder dormir em paz (e nunca conseguem, é incrível).

## Até tu, Gorba

Os jornais nesses últimos dias deram enorme destaque à reunião da cúpula do revisionismo soviético (aquilo não pode mais ser chamado de Comitê Central, senão desmoraliza a idéia da coisa) que tratou da questão da agricultura e do avanço no desmonte das estruturas socialistas que ainda persistem na União Soviética. *O Estadão*, *O Globo* e o *JB*, sempre naquela linha de que o socialismo já era, o negócio é capitalizar, deram a maior força ao Gorbachev. *A Folha* também, mas a *Folha da Tarde* deu a volta por cima, com uma matéria onde ironiza o líder dos revisas, afirmando que alta especialização em agricultura que consta de seu currículo é na verdade agronomia feito por correspondência. Só isso já demole o Gorba. É ou não é?



Do centro à direita as elites dominantes procuram um candidato



# Roberto Freire e a teoria de que a divisão faz a força

Duarte Pereira

## Especial para "A Classe"

O deputado Roberto Freire tem encontrado dificuldade para justificar sua candidatura à presidência da República pela legenda do Partido Comunista Brasileiro. As objeções não são levantadas apenas por correntes organizadas, como o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores, que já se decidiram pela criação de um movimento de unidade popular e progressista para disputar o pleito presidencial com um programa de esquerda e candidatos únicos a presidente e vice-presidente. Comenta-se que setores do PCB também não concordam com a posição adotada pela Direção Nacional. E muitos militantes políticos, sindicalistas e intelectuais sem-partido, como eu próprio, não apóiam essa orientação divisionista num momento de crise aguda e de virada na consciência operária e popular, que exigem a aproximação tática de todas as correntes consideradas de esquerda, apesar das diferenças ideológicas e programáticas que continuarão a distingui-las.

Não se trata, evidentemente, de recusar ao deputado Roberto Freire o direito democrático de candidatar-se. Mas ele também não pode negar aos demais setores populares e progressistas o direito de debater e criticar sua decisão. Sua candidatura não tem a menor chance eleitoral. Por que insistir nela quando se aproxima uma batalha decisiva para o futuro imediato da luta operária e popular em nosso país?

Um dos argumentos repisados pelo deputado Roberto Freire até agora, em entrevistas e debates, era de cunho formalista. A nova Constituição estabeleceu a votação em dois turnos e o pluralismo partidário. Sendo assim, os diferentes partidos, para fortalecer a democracia, teriam o dever de apresentar candidatos próprios no primeiro turno, reservando as coligações apenas para o segundo escrutínio. Essa argumentação peca, em primeiro lugar, por seu caráter abstrato, pois não leva em conta a excepcional situação de crise e de definição em que se travará o próximo pleito eleitoral. As forças de direita e de centro-direita, ao contrário, não perdem de vista essa situação concreta e por isso não poupam esforços para encontrar candidaturas aglutinadoras. Em segundo lugar, não aprecia devidamente a circunstância de que a legislação não deixa aos partidos a opção de manter, no segundo turno, seus candidatos próprios ou retirá-los em benefício de outros. Ao contrário, a legislação determina que só concorrerão no segundo turno os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio. Num quadro de forças ainda difícil e enfrentando candidaturas sustentadas por máquinas oficiais e econômicas poderosas, as correntes populares e de esquerda, se não unirem seus esforços desde o primeiro turno, dificilmente chegarão ao segundo e, assim, serão constrangidas a recusar seu apoio a qualquer candidato ou, então, a escolher o candidato das classes dominantes menos ruim, de conformidade com a

velha tradição do "mal menor", que o deputado Roberto Freire conhece muito bem.

Reconhecendo a fragilidade da alegação formalista, o deputado Roberto Freire ensaiou uma justificativa mais sofisticada em artigo publicado na "Folha de S. Paulo", no dia 10 de março passado. Seu novo argumento básico é de que a contraposição entre um candidato de direita e um candidato de esquerda seria uma ameaça à democracia. A melhor maneira de fortalecer a democracia seria, portanto, a divisão e não a união das forças populares e progressistas. Eis suas palavras: "A idéia maniqueísta, atualmente em voga, de dividir a nação em dois blocos antagonísticos, um auto-intitulado de esquerdista contra outro envergadamente auto-intitulado de centrista, é o caminho mais rápido para o colapso da democracia".

Essa surpreendente argumentação suscita dúvidas muito sérias. A primeira: como pretende o deputado evitar a contraposição entre um candidato de direita e outro de esquerda, se no segundo turno a polarização de candidaturas será inevitável? A única maneira seria dispersar as forças populares e de esquerda na primeira votação para que, no segundo turno, a disputa se trave apenas entre candidatos da direita ou entre um candidato de direita e outro de centro-direita, o que, no estranho raciocínio do deputado, não representaria um risco para a democracia. Seria este o verdadeiro objetivo tático de sua candidatura?

## Dois blocos

Há outra objeção ainda mais grave. A divisão da sociedade brasileira em dois blocos antagonísticos não é democrática ou antidemocrática, mas simplesmente objetiva e científica. O Brasil é um país capitalista, dependente, mas já num avançado estágio de monopolização, de estatização e de aburguesamento de seu sistema latifundiário. Do ponto de vista social, portanto, está irreversivelmente dividido entre um bloco burguês-latifundiário e um bloco operário-popular, um bloco dos que vivem da exploração alheia e outro dos que se sustentam basicamente com seu próprio trabalho. Essa contraposição objetiva tende a dar origem, no terreno político, à divisão entre um bloco conservador e de direita e um bloco revolucionário e de esquerda, entre os quais flutuam forças cada vez menos expressivas de centro. É certo que a passagem do terreno econômico-social para o terreno político-ideológico não é direta nem espontânea, mas depende do desenvolvimento da luta política e ideológica. Mas aqui justamente se destaca a responsabilidade dos que pretendem cumprir um papel de vanguarda e defender os "reais interesses da classe operária", como escreve o deputado Roberto Freire: devem favorecer e ajudar a diferenciação e contraposição desses dois blocos, ou devem dificultá-las, embaralhá-las? Mas, sem a diferenciação desses dois blocos, sem a luta resoluta entre eles e sem uma vitória decisiva do bloco operário-popular, como solucionar os

reais problemas de fundo dos operários, dos camponeses pobres e dos demais trabalhadores?

Nesse ponto, o deputado Roberto Freire se enreda no seu equívoco mais sério: a defesa da democracia burguesa limitada, de que o país desfruta atualmente, como uma finalidade **estratégica** da classe operária. Segundo o deputado, a tarefa política da classe operária deve limitar-se a lutar pelo "aprofundamento" dessa democracia, garantindo o "pluralismo partidário", a "realização periódica de eleições", a "efetiva alternância no poder" e o estabelecimento de "coalizões políticas majoritárias representativas de uma hegemonia negociada". A classe operária deveria renunciar à luta por sua hegemonia e por sua própria democracia, subentendendo-se, contentando-se com um "paulatino crescimento" e com a "condição de força política participante da hegemonia negociada da sociedade".

Ora, é indiscutível que a democracia burguesa como forma de dominação de classe é mais favorável à luta dos trabalhadores do que um regime ditatorial-aberto, militar ou fascista. E, por isso, numa correlação de forças difícil, a classe operária pode e deve lutar em sua defesa, **taticamente**, ao lado de forças democráticas burguesas, como aconteceu recentemente no Brasil. Contudo, enquanto a burguesia preservar sua hegemonia e a democracia se mantiver nesses limites de classe, os problemas políticos, econômicos e culturais de fundo dos trabalhadores não poderão ser re-

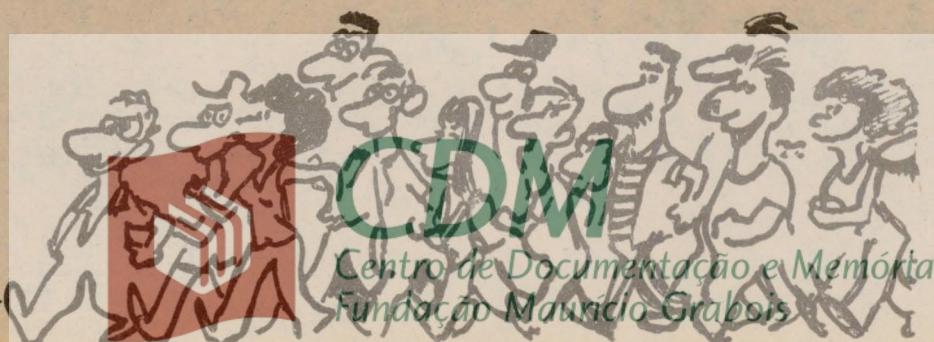
SE FICAR,  
O BICHO  
COME



SE CORRER  
O BICHO  
PEGA



SE UNIR  
O BICHO FOGE!



solvidos. Não foi o que observamos, no Brasil, com a tentativa recente de um moderado plano de reforma agrária? Acresce que, na época histórica do imperialismo e das revoluções proletárias e populares e num país como o Brasil, que alcançou avançado estágio de desenvolvimento capitalista por um caminho burocrático-reacionário e não democrático-revolucionário, não é mais a burguesia em conjunto, nem muito menos sua fração hegemônica monopolista, que tem interesse e condições de assegurar uma democracia ampla e estável. Essa tarefa transferiu-se, estrategicamente, para o bloco operário-popular que, assim, não tem nada de "esquemático", nem de "perigoso" para a democracia, como argumenta o deputado. Ao contrário, o fortalecimento desse bloco, mesmo que ainda com o apoio de grupos progressistas e personalidades democráticas representativas de pequenos e médios empresários, constitui, atualmente, o único caminho tático para garantir o aprofundamento da democracia e o avanço social em nosso país.

### Dialética, maniqueísmo e ecletismo

Este é um raciocínio "maniqueísta", arguirá o deputado. Vira e mexe, alguém saca este libelo de "maniqueísmo" no atual debate de idéias no Brasil. Manes, ou Mani, viveu na antiga Pérsia, no século III, e fundou uma seita religiosa que se espalhou pela Índia, China, norte da África e chegou a alcançar regiões da Europa. Segundo a doutrina básica dessa seita, o mundo teria surgido não de um único princípio divino, mas da contenda entre dois princípios irreduzíveis e antagônicos, o Bem Absoluto ou a Luz e o Mal Absoluto ou as Trevas. Por extensão, passou a considerar-se "maniqueísta" qualquer concepção que sustente a existência de um bem absoluto ao lado de um mal absoluto, ou de uma verdade absoluta contraposta a um erro absoluto. O maniqueísmo é, como se vê, uma doutrina de fundo religioso e caráter metafísico, radicalmente oposta à dialética, notadamente à dialética materialista, que afirma a unidade do mundo e sua organização intrinsecamente contraditória.

Um marxista não pode, por exemplo, avaliar o capitalismo de forma maniqueísta, mas deve reconhecer o papel progressista que cumpriu no desenvolvimento das forças produtivas ou no estabelecimento da igualdade jurídica entre os homens.

Contudo, se a dialética afirma que todas as coisas são formadas por unidades de contrários, sustenta igualmente que em toda contradição há um lado ou aspecto principal, do qual decorre o caráter do fenômeno ou processo. Nenhum marxista pode esquecer, por exemplo, que o aspecto essencial do modo de produção capitalista é o fato de basear-se na exploração do trabalho proletário assalariado. A dialética distingue também as contradições não-antagônicas, que podem ser resolvidas por composição de interesses e por métodos democráticos, como as contradições entre operários e camponeses, das antagônicas, inconciliáveis, que só podem ser resolvidas por métodos coercitivos, como a contradição de classe entre a burguesia e o proletariado. A dialética ensina ainda que, nas realidades complexas formadas por sistemas de contradi-

ções, existe necessariamente uma contradição principal, de cuja solução depende a solução das demais e que permite delimitar dois campos básicos, os quais, portanto, não têm nada de fantasiosos nem arbitrários. Enfim, a dialética exige que todo fenômeno ou processo seja avaliado historicamente. Se o capitalismo é uma forma de organização social superior ao feudalismo, por exemplo, o socialismo o superará em todos os planos — econômico, cultural e também político. Com essas observações sumárias o que se quer ressaltar é que, se a dialética se opõe ao maniqueísmo, também se distingue radicalmente do ecletismo.

Esta é uma velha confusão que já se manifestou na história do movimento operário mais de uma vez. Eis, por exemplo, o perfil contundente de Proudhon traçado por Marx em sua famosa carta a J.B. Schweitzer de 24 de janeiro de 1865: "Proudhon tinha uma inclinação natural pela dialética. Mas como nunca chegou a compreender a dialética verdadeiramente científica, jamais foi além da sofística. Isto, de fato, condizia com seu ponto de vista pequeno-burguês. Como o historiador

Raumer, o pequeno-burguês consiste em **por-um-lado e por-outro-lado**. Isto ocorre em seus interesses econômicos e, **por conseguinte**, em sua política, em seus pontos de vista religiosos, científicos e artísticos. O mesmo acontece em sua moral, em tudo. O pequeno-burguês é uma contradição viva. Se, como Proudhon, é além disso um homem inteligente, logo aprenderá a jogar com suas próprias contradições e a desenvolvê-las conforme as circunstâncias em paradoxos notáveis e espetaculares, ora escandalosos, ora brilhantes. O charlatanismo na ciência e a conciliação na política são inseparáveis desse ponto de vista."

O deputado Roberto Freire atribui à sua candidatura, entre outros objetivos destacados, o de influir "sobre o conteúdo dos programas de outros candidatos". O ecletismo na teoria e a conciliação na política não correspondem à genuína dialética, nem aos reais interesses, estratégicos e táticos, da classe operária. São os democratas pequeno-burgueses que, às vezes, tentam sentar ao mesmo tempo em duas cadeiras afastadas. Esta posição, por ser incômoda, não dura muito tempo.

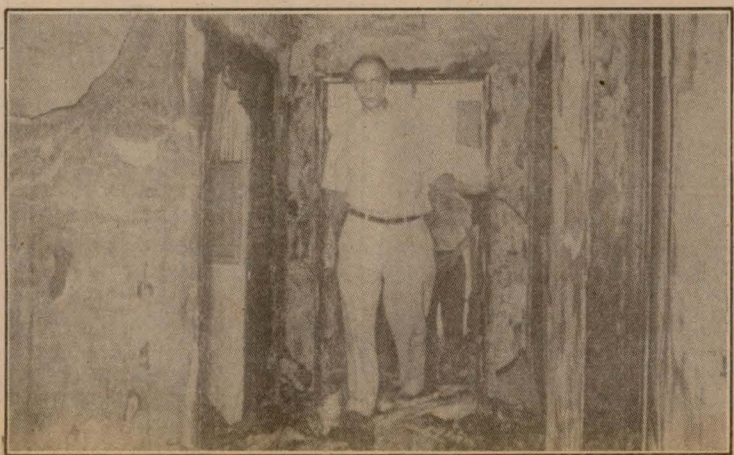
## Corruptos ateiam fogo na Câmara de São Paulo

A polícia concluiu que o incêndio no 13º andar da Câmara Municipal de São Paulo, ocorrido na madrugada do dia 18, foi realmente criminoso e teve por objetivo destruir documentos que podem comprometer as administrações anteriores da casa. Tudo indica que o atentado foi organizado por altos funcionários da instituição, em comum acordo com vereadores e ex-vereadores envolvidos com as irregularidades cometidas nas gestões anteriores à do atual presidente, Eduardo Suplicy.

O incêndio ocorreu precisamente seis horas depois do anúncio da abertura de uma auditoria, pelo Tribunal de Contas do Município, para apurar irregularidades e falcatruas na tesouraria, contabili-

dade, setor de pessoal e serviços gerais. O fogo foi atado em três locais diferentes. Segundo peritos da polícia a finalidade era destruir todo o prédio da Câmara, especialmente o andar onde estão arquivados documentos considerados importantes para a investigação das irregularidades — editais de licitação e contratos de empreiteiros e fornecedores, por exemplo. Se não fossem debeladas a tempo, as chamadas ficariam incontrolláveis.

O atentado revela o desespero dos responsáveis pelas irregularidades praticadas na casa. Eles também têm feito várias ameaças de morte contra membros da nova mesa da Câmara e funcionários que decidiram colaborar com as investigações.



O presidente da Câmara, Suplicy, no local do incêndio criminoso

## Frente Parlamentar Nacionalista: trincheira em defesa da Soberania

Clóves Wonder

Defensores da Lei de Informática, os que lutam contra o desmonte e privatização das estatais, garimpeiros em litígio com o latifúndio e as mineradoras multinacionais, empresários brasileiros que se defendem contra a tomada do mercado pelas multinacionais, cientistas que não querem o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia, sindicalistas em busca de uma melhor lei em defesa dos trabalhadores, defensores da Reforma Agrária. Todos esses setores sociais têm no Congresso Nacional um ponto em comum. O apoio em suas lutas da Frente Parlamentar Nacionalista.

Essa Frente, criada ainda na década de 50, nunca acabou. Foi, isso sim, esvaziada pelo domínio do regime militar no Congresso durante 20 anos. Mas ressurgiu na Constituinte forte, com a filiação de mais de 120 deputados e senadores, inclusive toda a bancada do PCdoB. Dirigida pelo deputado Hélio Duque, entre 87 e 88, di-

rigiu as lutas nacionalistas na Constituinte, obtendo grandes vitórias, como a defesa do subsolo, a conceituação e defesa da empresa nacional, os preceitos constitucionais de ciência e tecnologia, as leis trabalhistas e outras de enorme valor para o povo brasileiro.

Em função da atuação da Frente Parlamentar Nacionalista, as teses entreguistas e reacionárias foram muitas vezes rechaçadas pelos Constituintes. Passada a fase de elaboração da Constituição, a Frente, agora dirigida pelo deputado gaúcho Irajá Rodrigues, entra na luta por leis complementares que respeitem o espírito e concepção da nova Constituição. E entra ainda na luta pela suspensão do pagamento da Dívida Externa. Em uma de suas últimas reuniões, decidiu, por exemplo, criar uma comissão para defender na elaboração das leis complementares, as teses nacionalistas. Até os empreiteiros e camponeses foram chamados a compor essa comissão e já designaram um representante.

### Ponto de encontro e reuniões

Quando o Diap e os sindicalistas precisam de um local de reunião no Congresso, é na Frente Parlamentar Nacionalista que encontram abrigo. Quando os empresários nacionalistas precisam discutir suas teses e interesses é também lá que se reúnem. Assim como os cientistas, funcionários públicos, defensores das estatais, garimpeiros e outros segmentos sociais.

E encontram sempre a postos o deputado Irajá Rodrigues, ou o secretário geral da Frente, o pernambucano Osvaldo Lima Filho, um dos responsáveis pelo ressurgimento da Frente em 1987. Mas lá estão sempre também os deputados comunistas Aldo Arantes e Edmilson Valentin, o democrata paranaense Nelton Friederich, ou o pedetista carioca Luiz Salomão, ou o baiano Domingos Leonelli ou a deputada Ana Maria Rattes e sistematicamente, a São Paulo, mais de 120 deputados e senadores, engajados nessa luta em defesa da soberania nacional.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Um novo momento na luta sindical

Foto: Aguinaldo Zordenoni

Ronald Freitas \*

Com a realização exitosa do seu I Congresso em 24, 25 e 26 de fevereiro próximo passado e sua destacada e decisiva participação na greve geral de 14 e 15 passados, coloca-se para os sindicatos classistas novas e importantes tarefas.

É necessário manter presente nas lutas político-sindicais o mesmo espírito de combate e capacidade organizativa demonstrados nos eventos anteriores, e ao mesmo tempo procurar ocupar os espaços políticos advindos das novas condições criadas com o êxito do congresso e da greve.

Nesse quadro avultam as necessidades do movimento sindical buscar consolidar as vitórias obtidas. Seja através de negociações que coloquem na ordem do dia a recomposição das percas salariais dos trabalhadores, fruto das sucessivas políticas de arrocho praticadas durante o governo Sarney, seja através da realização de outras pressões e greves, que deverão ocorrer de acordo com a capacidade de luta e organização de cada setor, e do conjunto do movimento.

Aos sindicalistas classistas compete compreender o momento que vive o movimento e



O Comando Nacional da Greve Geral durante a coletiva no dia 15

ter a capacidade de continuar atuando de acordo com as necessidades e possibilidades do seu conjunto.

Nesse sentido, coloca-se a questão de participar ou não de reuniões entre sindicalistas, Ministério do Trabalho e patronato, que tenham por fim discutir questões referentes às percas salariais e à política salarial.

Participar ou não de negociações não é um problema moral e sim de correlação de forças, de políticas. É da essência do movimento sindical lutar por melhores salários e

condições de trabalho para seus representados. Essa luta se dá em várias frentes e de várias formas, cada qual exprimindo num dado momento a capacidade política do sindicalismo de defender seus interesses. E todas essas lutas são um fator de acúmulo de experiências e de forças, que aproximará cada vez mais o sindicalismo do regime onde seus pleitos serão plenamente atingidos: o socialismo. Nos marcos do regime capitalista será sempre necessário aos assalariados, na sua luta, combinarem corretamente a arma da greve com a da negociação. É dentro

deste quadro que devemos entender e nos situar frente às possibilidades de participar de negociações entre o movimento sindical, o governo e o patronato.

É certo que falar em governo é falar no desmoralizado, reacionário e antioperário governo Sarney. Nesse sentido essas negociações não podem extrapolar a esfera sindical e não podem ter a conotação de um "pacto político", esfera onde as "negociações" se darão através da disputa eleitoral de 15 de novembro próximo.

Nem tampouco, que eventuais negociações estabeleçam "fóruns" permanentes onde todas as pendências seriam resolvidas. As negociações são respostas aos problemas apresentados a cada momento, e acontecerão de acordo com as conveniências políticas das partes envolvidas. No que nos cabe, de acordo com as conveniências do movimento sindical como um todo e do movimento sindical classista, em particular.

Além disso, as negociações não devem ser necessariamente tripartites e gerais. É possível, mais uma vez de acordo

com as circunstâncias, que elas se realizem só entre empregados e patrões ou só entre empregados e governo. Que se dêem não só em nível das centrais e governo, mas ocorram a nível de categorias e mesmo de fábricas.

Lutar por todas as formas pela recomposição das percas salariais e por mecanismos que reponham mensalmente novas percas, é sem dúvida uma reivindicação básica e sentida por todos os trabalhadores assalariados, capaz de unificá-los na luta. A greve geral de 14 e 15 foi o grande fator de unificação e potencialmente dessa luta. Agora compete ao movimento sindical dar continuidade a essa batalha, procurando "arrancar" em negociações gerais, do patronato e do governo, a reposição das percas salariais. Bem como a nível das fábricas e categorias, intensificar o movimento por reposição das percas e aumentos reais. Nesse processo de negociações e luta deverá estar claro, desde o início, que se o governo e os patrões continuarem intransigentes, realizaremos de forma mais ampla e vigorosa nova greve geral.

\* Da Direção Nacional do PCdoB

## Prefeita fiel ao povo

Vital Nolasco\*

O governo antipopular do Sr. José Sarney e a grande burguesia fazem fogo cerrado contra a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, em função de seu apoio à greve geral. Não podemos negar que, com seu apoio efetivo à greve, a prefeita deu valiosa contribuição à luta dos trabalhadores e do nosso povo. Mas é preciso ressaltar que a greve — ou a luta do povo — não nasce da vontade de uma determinada pessoa. Nasce da necessidade objetiva que têm as massas de

se oporem a uma política contrária a seus interesses.

A greve geral refletiu o grau de consciência e organização do movimento sindical. O que a burguesia não pode admitir é que a prefeita da maior cidade da América Latina hipoteque seu mais irrestrito apoio à luta dos trabalhadores, pois os governos das classes dominantes em nosso país sempre foram orientados a tratar a luta dos trabalhadores como caso de polícia. Essa burguesia reacionária não admite outro tratamento a não ser a repressão mais violenta possível.

Foto: Aguinaldo Zordenoni

Ao se colocar ao lado da luta dos trabalhadores, a prefeita Luiza Erundina tem não só nossa admiração e a de todos os trabalhadores, como também toda a nossa solidariedade. Entendemos que não se justificam os ataques a ela e nem a falsa acusação de que a greve só ocorreu devido à paralisação na CMTC. Ocorre que quem decidiu parar o transporte coletivo na capital foram os motoristas e cobradores, em uma assembleia das mais concorridas. E mesmo se tivesse parado só a CMTC, as outras empresas de transporte atenderiam mais de 70% da população, não fosse a adesão dos trabalhadores também das empresas privadas à greve. A adesão massiva à greve foi a demonstração do repúdio ao governo Sarney e sua política econômica.

Ao apoiar a greve, Luiza Erundina cumpriu com o seu principal compromisso de campanha eleitoral: o de colocar seu mandato em função da luta dos trabalhadores, rumo à sua emancipação. A prefeita desempenhou o papel que dela esperava o movimento sindical e todos os trabalhadores.

\* vereador do PCdoB-SP, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de SP

## Por que o Metrô operou em S. Paulo?

A notícia surpreendeu os meios sindicais: os metroviários de São Paulo, uma das categorias de maior índice de sindicalização do país e de reconhecida combatividade e participação ativa nas lutas populares, decidiu não aderir à greve geral. Um grupo de metroviários, integrado inclusive por ex-diretores do sindicato, denominado "Unidade e Luta Metroviária" distribuiu uma Carta Aberta analisando o episódio.

Respondendo à pergunta "O que nos levou a não participar da greve?", a Carta Aberta lembra que o governo Quéricia "patrocinou a repressão constitucional à greve de novembro e demitiu 357 companheiros", além de continuarem existindo "sucessivos anúncios e boatos de novas demissões". Contudo, "outros fatores determinantes da atual postura dos metroviários são a desorganização e a falta de confiança na atual direção do Sindicato".

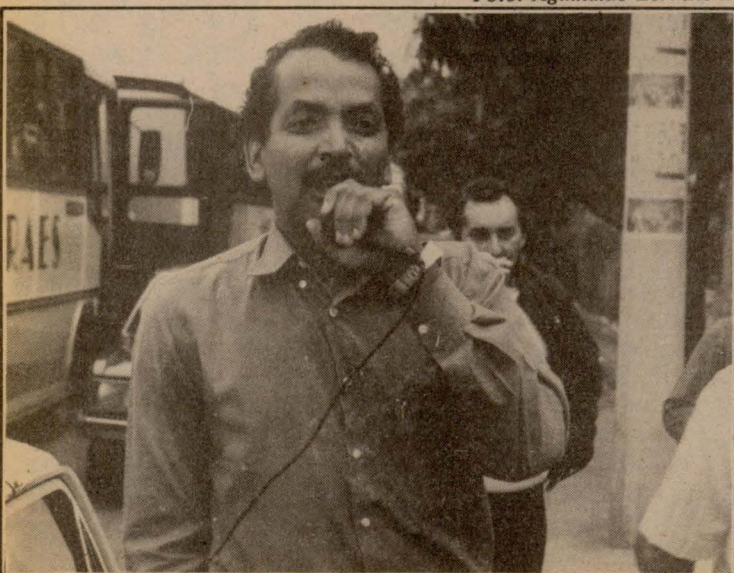
Segundo a "Unidade e Luta Metroviária", a diretoria do sindicato "desenvolve uma política sindical, para um grupo restrito, visando os interesses dos metroviários distantes da vida sindical; oscila entre posturas

arrogantes, inconseqüentes e posturas de abandono da categoria em horas decisivas e difíceis."

Adiante a Carta Aberta afirma: "É necessário contrapor-se a essa realidade, reorganizar a categoria e recolocá-la na luta pelos seus interesses específicos e também, ao lado dos demais trabalhadores, pelos interesses democráticos e populares.

"Será que acertamos no caminho para a solução dos nossos problemas, decidindo pela não adesão à greve geral?"

"Não, companheiros! Fugir do combate não nos vai fazer mais fortes; não recompõe nossa unidade e organização para vencer lutas presentes ou futuras." O documento conclui: "Não somos defensores da greve a qualquer custo, da luta pela luta, que só resulta em aventuras inconseqüentes. Mas não concordamos com aqueles que dizem que ir à luta possa ser o pretexto esperado pela empresa e que o melhor é omitir-se. Ao contrário, temos certeza que é só com unidade, organização e disposição de lutar consequente que resistiremos aos ataques da Companhia e avançaremos em novas conquistas."



O vereador Vital (PCdoB) no piquete diante da Metal-Leve



# O país repudiou o plano verão

Foto: arquivo

## Carlos Pompe

Foi a maior greve da história do país. Os cálculos das centrais sindicais indicam que 70% dos 50 milhões de brasileiros que integram a População Economicamente Ativa (PEA) pararam nos dias 14 e 15, o que dá um total de 35 milhões de grevistas. "Foi um protesto contundente, concentrado, contra o plano verão. Os trabalhadores demonstraram disposição de combate ao governo Sarney", avalia o líder da Corrente Sindical Clássica, Sérgio Barroso.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneghelli, diz que novas greves poderão ocorrer "caso o governo não reconheça o descontentamento dos trabalhadores e não conceda a reposição salarial". Segundo Meneghelli, a paralisação foi total em várias capitais brasileiras, "em especial Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Vitória e Recife". Ele denunciou que a repressão policial ao movimento "foi intensificada no dia 15, principalmente na Bahia, Paraná e Ceará, inclusive com companheiros baleados".

## Apoio arrojado

Um dos destaques da greve foi o apoio manifestado por vários prefeitos e Câmaras de Vereadores à luta dos assalariados. A prefeita Luiza Erundina, de São Paulo, foi eleita alvo preferencial dos ataques do governo federal e dos empresários — a Federação das Indústrias de São Paulo chegou a anunciar que iria processá-la judicialmente. Em Porto Alegre, o prefeito Olívio Dutra participou do piquete diante do Banrisul, de onde é funcionário licenciado. Em Vitória, o prefeito Vitor Buaiz aderiu à passeata da greve e foi empurrado por policiais: "Só não me agrediram porque os trabalhadores fizeram um cordão e me protegeram", denunciou.

As Câmaras de São Paulo e Goiânia transformaram-se em centros de apoio à greve, com as principais lideranças sindicais concedendo em suas dependências entrevistas coletivas. Parlamentares dos partidos mais ligados ao povo foram constantemente vistos em piquetes e ações de solidariedade aos trabalhadores. Muitos foram vítimas de agressões policiais.

Um ingrediente marcadamente político dos dias de greve foram as manifestações — passeatas e comícios — dirigidas contra o governo Sarney, sua política econômica e o FMI. Fortaleza, Recife, Goiânia, Rio de Janeiro, Vitória e inúmeras outras capitais assistiram a atos massivos, com a

presença de milhares de grevistas. Mesmo em Belo Horizonte, onde a greve não teve uma adesão tão grande quanto em outras capitais, o ato de protesto contra o Plano Verão reuniu 15 mil pessoas. Em São Paulo não houve uma manifestação centralizada, mas passeatas de até 3 mil pessoas ocorreram em algumas regiões.

## Interior parado

A participação intensa do interior na greve revelou episódios surpreendentes. Foi o caso de Blumenau, Santa Catarina. A cidade não assistia a uma greve desde 1942. Desta vez a paralisação começou no dia 11, no setor têxtil, e se estendeu para metalúrgicos, operários de cristais e trabalhadores dos transportes já no dia 13, segunda-feira. A cidade ficou totalmente parada e a greve continuou depois do dia 15, por reivindicações salariais e específicas das categorias envolvidas.

Em Londrina (Paraná), Campinas e Jundiaí (São Paulo), os trabalhadores dos transportes iniciaram a greve antes do dia 14, reivindicando aumentos salariais, assim como os trabalhadores das distribuidoras de gás, em Curitiba, capital paranaense. No Rio Grande do Sul, o comando de greve destacou o fato de cidades sem tradição grevista, como Vacaria, Cruz Alta ou Palmeira das Missões terem parado. Canoas e Caxias do Sul também pararam. Goianésia, Anápolis, Itumbiara, Rio Verde e Uruana foram cidades goianas com participação destacada na greve.

Em Pernambuco, além dos trabalhadores urbanos, pararam 250 mil canavieiros. João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, foram tomadas

por caravanas de camponeses, e o movimento abarcou Guarabira, Santa Rita, Bayeux, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em São Paulo, Rio e Bahia, as principais cidades operárias pararam contra o Plano Verão.

## Reação da burguesia

Diante da magnitude do movimento, a burguesia e demais classes dominantes brasileiras ficaram estarecidas. O governo federal oscilou entre as ameaças abertas contra os trabalhadores — como as feitas pelo ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, um dia antes da greve, em cadeia nacional de rádio e TV (veja coluna "Consciência Socialista, nesta edição, página 22) até a repressão pura e simples, ou a provocação e a cegueira política. No dia 17, por exemplo, o presidente José Sarney afirmou no seu programa semanal de rádio: "Não houve greve, nem foi geral." Surpreendente, mesmo, foi a declaração do diretor da Fiesp, Roberto Della Manna. Para ele, nos dias de greve, o comparecimento ao trabalho foi "superior ao normal, superando, em algumas empresas, os 100% de operários trabalhando"!!!

Mas nem só de cinismo vivem os patrões e seus agentes no governo. No Rio de Janeiro, foi encontrada uma bomba e duas granadas de uso privativo do Exército em um ônibus — os portadores dos explosivos fugiram. No Espírito Santo, os líderes sindicais, populares e parlamentares tiveram que conversar com o governador Max Mauro para que a violência policial fosse coibida. Em Porto Alegre (RS), a brigada militar valeu-se da força para reprimir piquetes na Praça XV, a exemplo do que ocorreu também em Ma-



Álvaro Gomes, da Corrente Clássica na Bahia, durante um piquete

ceió (AL), agredindo e prendendo grevistas e populares. Em Canoas (RS), a PM invadiu casas, caçando lideranças de piquetes. Em Recife (PE), na Metalúrgica Açonorte, 200 soldados investiram violentamente contra os grevistas, detendo e espancando sindicalistas e até vereadores. No Ceará, os policiais chegaram a invadir a Universidade Federal, e várias pessoas foram presas em Fortaleza. Em São Paulo ocorreram inúmeros incidentes com a polícia que, a pretexto de "proteger o direito ao trabalho" de fura-greves, aliciava abertamente operários para ingressarem nas fábricas.

Em Goiás, os autointitulados "simpatizantes da

União Sindical Independente" (uma pretensa central sindical formada exclusivamente por pelegos) distribuíram um panfleto alertando sindicalistas da CUT e da Corrente Clássica e parlamentares do PCdoB que, caso houvesse "baderna", as suas famílias, filhos e os seus patrimônios estavam "em jogo". No Mato Grosso, o presidente do Sindicato dos Bancários foi ameaçado de morte.

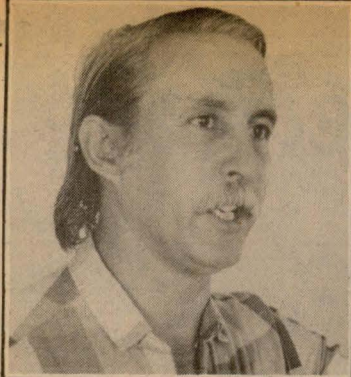
Mas a fúria dos exploradores não conseguiu impedir que a greve geral dos dias 14 e 15 abarcasse todo o país e entrasse para a história do movimento operário brasileiro, decretando a falência do plano verão e da política econômica de Sarney.

Foto: arquivo

Foto: Aguilardo Zordenoni



Ato do funcionalismo em São Paulo e piquete em Maceió: o Brasil participou da greve contra a política econômica antipovo de Sarney e do FMI



## QUESTÃO DE ORDEM

Artur de Paula \*

# Um golpe baixo na Contag

Dia 6 de abril será realizada a eleição da mais importante confederação sindical brasileira, a Contag. O pleito deveria ocorrer através de um congresso nacional de trabalhadores rurais, especialmente convocado para este fim e com a antecedência necessária, cumprindo as determinações aprovadas em 1985 (Brasília), no 4.º Congresso da Contag, do qual participaram cerca de 5 mil trabalhadores rurais.

Eleição em congresso é uma forma democrática e participativa de escolher dirigentes de uma confederação, permite ampla discussão nas bases, em assembleias sindicais e encontros estaduais. O congresso da Contag neste ano, e com este caráter, seria a consolidação do avanço estabelecido anteriormente, além de cumprir destacada resolução do 4.º Congresso, que aprovou critérios de participação e definiu o direito de voto às diretorias efetivas das federações mais um delegado por sindicato eleito em assembleia, assegurando um número de 50 delegados nos Estados com menos de 50 entidades sindicais. O último congresso foi eleitoral, com a presença de 2 mil delegados, reconduzindo José Francisco da Silva à presidência da Contag.

Porém, o que poderia ser neste ano o mais importante ato político sindical de uma confederação de trabalhadores está sendo transformado num festival de casulismo, ao sabor de interesses de dirigentes sindicais pelegos e imobilistas. O processo eleitoral foi invertido. E a explicação maior, na realidade a única razão, é o interesse mesquinho desses senhores em manter a qualquer custo o seu poder sobre a confederação. Nada mais, embora eles levantem o pretexto da falta de tempo e dinheiro para realizar eleição em congresso e outras desculpas. Pura farsa, mesmo porque é amplamente conhecida a vida farta, cheia de mordomias e altos salários que a pelegada sindical desfruta. Ao lado dis-

to, é público e notório que federações e Contag se beneficiam de muitos recursos, oriundos dos governos estaduais e federal através de projetos, programas especiais, ITR e outros, para falar apenas de dinheiro proveniente de fontes nacionais.

A eleição para a direção da Contag, devido ao golpe oportunista desfechado de cima por parcela da diretoria da entidade, não será realizada neste ano em congresso. Mas, além disto, os oportunistas impuseram um prazo de 10 dias para registro de chapa a fim de impedir uma articulação mais conseqüente dos trabalhadores rurais, evidenciando o pavor que sentem diante da possibilidade de prestação de contas dos seus atos. É lamentável que um líder respeitável, da dimensão de José Francisco, o atual presidente da Contag, por conivência ou omissão, tenha se submetido à cúpula desmoralizada, pelega, manobrista e autoritária que hoje dirige a entidade.

A chapa que resultou do conchavo cupulista, encabeçada por Aluizio Carneiro, foi concebida em reuniões do conselho da Contag, reuniões manipuladas, distantes das bases. Representa o atraso, o golpismo, falta de perspectiva combativa, classista, de um sindicalismo que luta efetivamente contra o latifúndio. Não tem, portanto, qualquer representatividade.

O PCdoB conclama os sindicalistas rurais independentes, democratas, comprometidos com a lisura do processo eleitoral a repudiarem a manobra articulada por integrantes da diretoria da Contag, votando contra a chapa encabeçada por Aluizio Carneiro (única concorrente), na eleição do dia 6 de abril. É preciso reverter tal situação e para tanto devemos organizar um forte movimento exigindo a convocação e realização do 5.º congresso da entidade ainda este ano.

\* da Direção Nacional do PCdoB

# Os trabalhadores não aceitaram o arrocho

Foto: arquivo

Tudo indica que soou o dobre de finados do plano verão. A greve geral e as paralisações por reposições salariais, disseminadas por todo o país, inviabilizaram a fixação dos salários nos níveis nominais pretendidos pelo governo. Os reajustes estão sendo arrancados aos patrões e mesmo a Justiça reconhece que não é legal nem conveniente a proibição de reposições estabelecida através da Medida Provisória que instituiu o pacote econômico de Sarney.

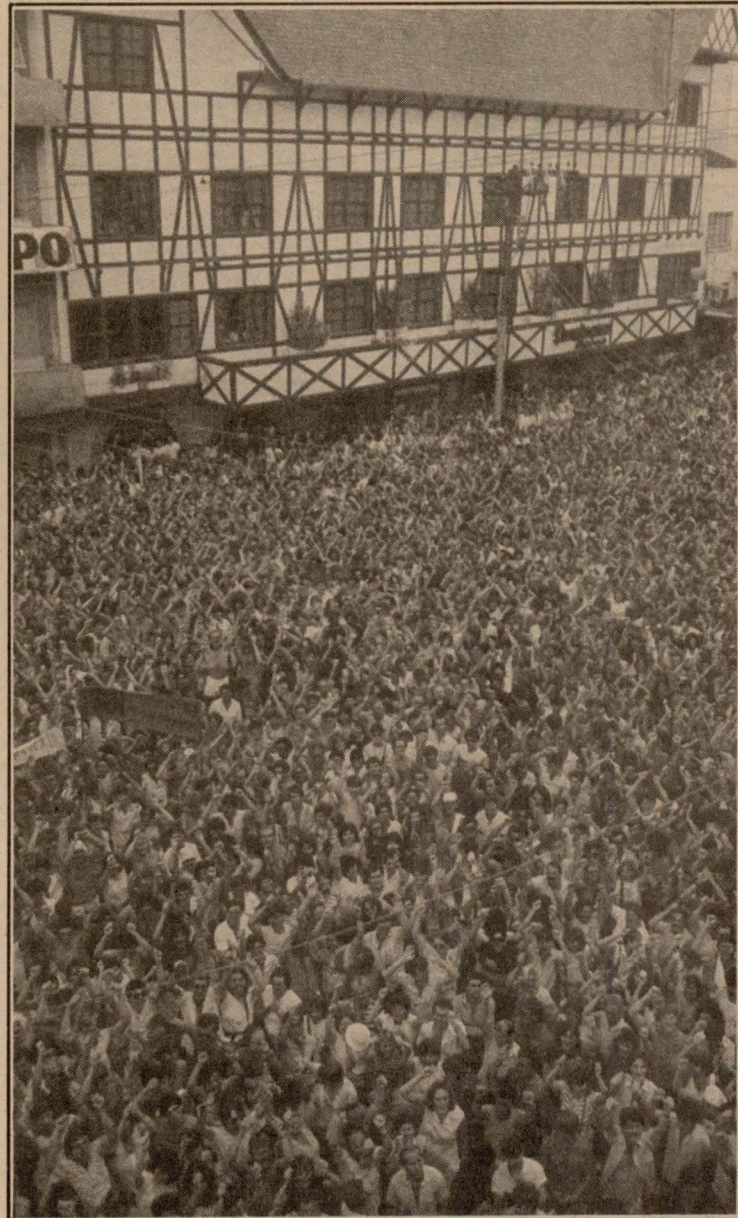
Várias categorias já conquistaram reajustes bem acima dos limites fixados pelo plano verão. E as que ainda não foram beneficiadas continuam lutando pela reposição. No Paraná, o próprio Tribunal Regional do Trabalho determinou um reajuste de 53,70% sobre os salários dos 1,3 mil empregados da Philip Morris, que realizaram uma greve de 15 dias reivindicando 80% de aumento.

## Reposições

O TRT paranaense na prática considerou inconstitucional o artigo 7 da Lei 7.730 que estabelecia a proibição de reposição de perdas salariais anteriores a fevereiro. Calculou o reajuste que concedeu aos trabalhadores de acordo com a defasagem entre a URP e a inflação (IPC) acumulada desde março do ano passado, acrescentando 6% a título de produtividade.

Em Salvador, os comerciantes deflagraram uma greve no dia 17 e a encerraram no dia 20 depois de obterem do patronato um reajuste de 26% sobre os atuais salários. Embora parcial, a paralisação atingiu todos os supermercados da rede Paes Mendonça, o principal empregador individual do comércio na capital baiana. Além dos 26%, os empresários aceitaram negociar um novo reajuste a partir de maio.

Na cidade de Blumenau (Santa Catarina), os 44 mil operários têxteis estão há mais de uma semana parados reivindicando reposição salarial de 87,6%. É a primeira greve que realizam em 100 anos, o que mostra bem a dimensão do sentimento dos trabalhadores em relação aos seus rendimentos. Em São Paulo e no Paraná, pararam os entregadores de gás exigindo reposição. Na capital paulista, os metalúrgicos conquistaram reajustes variáveis entre 10 a 20% em cerca de uma centena de fábricas. Os assalariados têm detonado movimentos parecidos em todo o país, o que está tornando a reposição um



Têxteis de Blumenau, primeira greve em 100 anos: pela reposição

fato para muitos, embora nem sempre segundo os índices reivindicados.

## Mannesman

Os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem também iniciaram, antes da deflagração da greve geral, paralisações exigindo a reposição de perdas. A primeira empresa a parar foi a Tecnovat, com 300 operários, no dia 8. Aos poucos a greve foi engrossando, contando com a participação de 27 mil trabalhadores, 40% da categoria naquela base, de 43 fábricas.

A maioria já retornou ao trabalho com reajustes médios de 15%, mas que atingiram 38% na Radis e 26% na Belgo Mineira. Até o fechamento desta edição 14.800 operários ainda continuavam parados em fábricas como a Mannesman (9 mil empregados), Mafersa (1 mil), Fid (700) e Toshiba (700). Os operários de 83,6%

A Mannesman foi ocupada pelos metalúrgicos, que utili-

zaram uma tática semelhante à dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Os diretores da empresa, uma multinacional alemã, pediram a ação da polícia para desocupar a fábrica, provocando a radicalização da luta. Os operários ameaçam desligar os altos fornos em caso de violência.

A greve geral, as paralisações generalizadas por reposição, assim como os resultados até agora alcançados nessas lutas, constituem uma contundente demonstração de uma verdade que aos mais avisados sempre pareceu evidente: o arrocho salarial embutido no plano verão (contrapartida obrigatória do pagamento da dívida externa e dos lucros exorbitantes dos grandes capitalistas) é simplesmente inaceitável. Ao repudiá-lo os trabalhadores repudiam a lógica miserável que orienta a política econômica de Sarney e realizam um vigoroso pronunciamento contra o seu governo entreguista e antipopular.

Fundação Maurício Grabois

# A trajetória da 3ª Internacional

José Renato Rabelo\*

A razão da existência da Terceira Internacional está contida na luta pela revolução e a conquista do poder proletário, na construção do partido de tipo novo, marxista-leninista, e na definição de uma linha política justa contra o oportunismo de direita e de "esquerda".

## Revolução e Poder Proletário

Para compreender o verdadeiro papel da Internacional Comunista, recorremos à perfeita síntese de Lênin de 1919: "A importância histórica da IC reside em que começou a pôr em prática a consigna mais importante de Marx, a consigna que assume o desenvolvimento do socialismo ao longo do século, a consigna expressa no conceito: ditadura do proletariado ou poder proletário".

Mas qual a essência do poder proletário? Este poder consiste em que o Estado burguês, de um ou outro modo, é governado pelos mais ricos ou capitalistas, enquanto que no Estado proletário governam precisamente as classes que estão oprimidas pelo capitalismo. O exemplo da Revolução de Outubro demonstrou na prática a organização do Estado unicamente pelos operários e camponeses trabalhadores, que constituíam os Sovietes, como organização de massas onde se concentrava todo o poder público. Essa é a causa evidente das calúnias e mentiras provocadas pela burguesia, neste século, contra o poder soviético. É bem compreensível que uma mudança tão extraordinária como essa, que se resume no deslocamento do poder da burguesia, uma pequena minoria, pela ascensão da classe operária e seus aliados, a grande maioria, só é possível através da revolução. Mais ainda, o poder proletário é o único caminho que permite passar ao socialismo e avançar na sua construção. Não pode haver verdadeiro socialismo com o poder controlado ou mesmo dividido com a burguesia.

A existência da III Internacional tinha como finalidade esses princípios básicos. A tradução desses princípios em objetivos e daí a trajetória e a forma específica que viesse a adquirir, dependeriam necessariamente das condições concretas de cada país.

Quando a partir de 1956, no XX Congresso do PCUS, os revisionistas contemporâneos passaram a negar esses conceitos principais do marxismo-leninismo e mais adiante chegaram a "teorizar" sobre a existência de um "Estado de todo o povo", retrocederam para o mesmo limite dos oportunistas da II Internacional, repetindo idênticos argumentos com novo palavreado. No I Congresso da IC Lênin já afirmava claramente que: "Esse estabelecimento da questão (do Estado) à margem das classes ou acima delas, esse tratamento da questão sob o ponto de vista de todo o povo, é um descarado escárnio da teoria principal do socialismo". Mais ainda, Marx, que assentou as bases teóricas do Estado proletário, diz cabalmente: "Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista (última etapa do socialismo), se estende o período da transformação da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro que a ditadura revolucionária do proletariado". Tudo isso é o **abc** do marxismo, negado pelos revisionistas de hoje que se afastaram dos ideais de IC e matreiramente dizem "desenvolver" o marxismo ou clinicamente afirmam ser uma "variante" do mesmo.

Podemos repetir a famosa indagação de Lênin aos chefes da II Internacional: "Pode haver igualdade entre explorado e explorador?". Ou ainda: No Estado burguês existe realmente democracia para que classe? O aparato do Estado tem ou não uma essência de classe? Afirmamos que aí estão as fronteiras entre revisionismo e marxismo-leninismo, entre oportunistas e comunistas. Por isso, a Internacional Comunista foi a negação da II Internacional, demarcou a fronteira entre o movimento operário reformista e o movimento operário revolucionário.

## Partido de tipo novo

A revolução proletária e a conquista do poder operário-popular não pode ser vitoriosa sem um estado-maior formado e organizado revolucionariamente. Somente a existência de um partido com base teórica marxista-leninista, realmente revolucionário e internacionalista, ligado estreitamente à classe operária e às massas po-



Lênin recebe delegados ao II Congresso da IC

pulares seria capaz dessa tarefa histórica. Esta foi a outra grande razão da existência da III Internacional.

Em 1921, no III Congresso da IC, foi aprovada uma resolução sobre estrutura orgânica dos partidos comunistas e os métodos e conteúdo de trabalho. Definidos os princípios fundamentais revolucionários, afirmava Lênin, "o primeiro passo era a criação de um verdadeiro partido comunista, para saber com quem falávamos e em quem podíamos ter plena confiança". A palavra de ordem do I e II Congresso foi: "Abaixo os centristas", romper em toda a linha com os oportunistas e criar um autêntico partido revolucionário. A variada e rica experiência dos bolcheviques serviu de base para a construção dos partidos da Terceira Internacional. Na Europa, no período da crise revolucionária provocada pela guerra inter-imperialista de 1914-1918, o "grande mal", o "grande perigo" para a classe operária, na avaliação de Lênin, foi exatamente não contar com partidos que fossem capazes de assimilar o essencial da experiência dos bolcheviques na Rússia.

Ao movimento proletário revolucionário se impôs a necessidade de um novo partido, combativo a revolucionário, bastante intrépido, sagaz e flexível, tendo em vista as dificuldades, a complexidade e a variedade de cada situação na luta pelo poder. A esse partido revolucionário era imprescindível expressar a ideologia proletária com unidade de programa, unidade de tática, unidade de organização de classe e conseqüentemente a existência de único centro dirigente. Esse partido era a negação dos partidos social-democrata, repletos de tendências, conglomerados de elementos

marxistas e oportunistas, de amigos e inimigos da revolução, prevalecendo a conciliação ideológica entre eles e resultando no ecletismo teórico, no oportunismo político e no liberalismo orgânico.

O partido marxista-leninista, continuador dos ideais da Internacional Comunista, ao contrário dos partidos social-democratas ou revisionistas, é formado para atuar com unidade de vontade e de ação em qualquer situação contra as classes dominantes e ser irreconciliável em sua atitude frente aos oportunistas.

## A luta nas duas frentes

No III Congresso da IC, Lênin dizia que depois de organizar o Partido a "próxima fase consistirá em aprendermos a preparar a revolução". Na sucessão do encaminhamento das grandes tarefas da Internacional o primeiro objetivo foi ganhar a vanguarda consciente do proletariado para o lado da revolução. Isto só foi possível com uma completa vitória ideológica e política contra o oportunismo e o revisionismo. O segundo objetivo, que consistia em assegurar a vitória da vanguarda na revolução, só pôde ser atingido com a superação completa do doutrinarismo de esquerda. Para isso, foi preciso traçar a linha fundamental da IC, a sua estratégia e tática geral. Os fundamentos dessa linha construída por Lênin levavam em conta o que ele denominava de luta nas duas frentes: contra o oportunismo de direita e de "esquerda".

Após longa luta vitoriosa contra o oportunismo de direita que evoluiu para oportunismo teórico, a partir de 1920, no âmbito do jovem movimento comunista, passaram a pro-

liferar idéias e posições esquerdistas e sectárias. O famoso livro de Lênin, "A doença infantil do comunismo — o esquerdismo", o II e o III Congressos da IC, responderam a essa situação que manifestava um grande perigo para o crescimento do novo movimento operário. A Internacional entrava na nova fase que consistia na grande tarefa da conquista da maioria da classe operária e das massas populares. A orientação esquerdista dificultava e impedia a realização dessa tarefa fundamental.

As raízes sociais das idéias esquerdistas se localizavam no revolucionarismo pequeno-burguês, e, no plano teórico, essas idéias exprimiam uma visão dogmática. Eram incapazes de buscar a essência do marxismo, substituíam a dialética pelo mecanicismo e não levavam em conta na estratégia o desenvolvimento econômico e social concreto de cada país. No nível da tática, desconheciam a correlação de forças e a particularidade de cada momento. Lênin, depois Stálin e os dirigentes da IC, travaram ampla luta contra esses erros. Procurava-se demonstrar que o processo de desenvolvimento capitalista não era uniforme, a formação histórica de cada país tinha suas particularidades e o movimento operário e popular se desenvolvia de forma diferenciada. Assim, os princípios fundamentais do comunismo deviam ser adaptados e ajustados convenientemente às particularidades nacionais e políticas. Para isso era preciso "pesquisar, estudar, descobrir o que é especificamente nacional". Esta foi a orientação que prevaleceu na IC, apesar de, nessa orientação, existirem debilidades e falhas.

\* Membro da Direção Nacional do PCdoB

# Ousar na nova carta dos Estados

Entrevista a Alfredo Tavares Filho \*

**Procurador Geral de Justiça na Bahia, o dr. Vanderlino Nogueira nesta entrevista exclusiva à "Classe Operária" defendeu idéias progressistas sobre o Ministério Público, sobre o Poder Judiciário e o papel das Constituições estaduais. No caso das Constituintes estaduais, por exemplo, suas idéias podem contrariar o pensamento técnico-jurídico tradicional. Mas, como ele mesmo define, "o que importa não é o pensamento tecnocrático a respeito do que é certo ou errado, mas o que é politicamente conveniente. Temos que aproveitar as oportunidades para avançar nas mudanças".**

**O dr. Vanderlino Nogueira, que tem se destacado por suas posições corajosas no combate à corrupção e à violência policial, participou recentemente, como um dos palestrantes, do Seminário sobre Constituinte Estadual promovido pelo Diretório Regional do PCdoB (Bahia).**

**C**lasse — Nos últimos anos muito pouco se ouvia falar do Ministério Público. Parece que isto está mudando. Como o sr. analisa essa mudança?

**Vanderlino** — Acho que o Ministério Público sempre tem a face do Estado e no período autoritário o Ministério Público tinha a mesma face do autoritarismo, tinha uma feição formalista, corporativista e cartorial. Não é que ele não existisse. Ele existia a serviço do autoritarismo, isto é, o Ministério Público existia para proteger os mais poderosos através da fachada de que defendia a execução da lei. A posição de fiscal da lei guardava uma feição ideológica, ou seja, deixava de defender os interesses da sociedade apenas por aspectos formais.

**C**lasse — Explique melhor isso.

**Vanderlino** — O caso de grilagem no interior do Estado da Bahia, que acontecia sob a benção do Ministério Público é um exemplo. Não que o promotor tivesse interesse de acobertar uma grilagem, mas por causa da postura cartorial assumida o promotor apenas se preocupava com a chamada verdade dos autos, que nem sempre é a verdade real.

**Classe** — Qual o papel do Ministério Público e qual é o seu grau de interferência na Justiça?

**Vanderlino** — Em qualquer lugar do mundo existe um comprometimento político e ideológico de juizes. Diante disso o

Ministério Público entra na jogada e se acomoda, ou entra no trabalho de cobrança e fiscalização. Um aspecto que considero importante é a competência. Num período de luta essa qualidade é muito mais exigida do que num período de paz. Considero que estamos vivendo um verdadeiro período de guerra. O Ministério Público é aquele órgão responsável pela defesa do regime democrático, do interesse social e da ordem jurídica. O Ministério Público intervém onde existe o que nós chamamos de interesses individuais indisponíveis ou interesses sociais. Ou então ele é parte interessada, o que vai provocar na Justiça ações para impedir lesões aos interesses dos menores, dos órfãos, de ausentes, de minorias etc. Agora, a responsabilidade de zelar pelo cumprimento dos preceitos constitucionais tem uma implicação enorme, cuja profundidade ainda não alcançamos. Se nós somos os responsáveis pela proteção do interesse social, digamos, o direito à educação, ao trabalho, ao lazer, o Ministério Público passa a ter competência, por exemplo, de defender, na Justiça, o cumprimento desses direitos.

**Classe** — Quais são as principais batalhas do Ministério Público na Bahia?

**Vanderlino** — Aqui na Bahia dois pontos surgem como uma das maiores ofensas ao regime democrático e ao interesse social: a questão da violência institucional, que é a violência da própria máquina do Estado, e o pro-

blema da corrupção. A Procuradoria Geral da Justiça está investindo nestas duas frentes de luta.

**Classe** — O sr. pode dar um exemplo?

**Vanderlino** — O "caso Floquet" (desaparecimento de um encanador preso pela Polícia Militar baiana como suspeito de roubo no ano passado — N.R.) foi para nós um símbolo. Era um caso muito difícil, nós tivemos que acompanhar o inquérito policial e através do trabalho de acompanhamento da investigação policial tivemos sucessos. Quando chegamos ao final do inquérito e fomos levar o caso à Justiça, oferecemos denúncia contra 27 policiais da PM, inclusive oficiais, mas a Justiça Militar decidiu retirar preliminarmente 12 integrantes da lista. Nós do Ministério Público não nos conformamos e decidimos recorrer ao Tribunal de Justiça, tivemos competência e vencemos, pois todos os 27 integrantes da lista apresentada por nós terão que ser julgados.

**Classe** — Apesar da atuação do Ministério Público a onda de violência policial tem crescido na Bahia.

**Vanderlino** — Para nós o crescimento da violência policial é uma verdadeira desmoralização do próprio Ministério Públi-

co, do Estado, da Justiça e da democracia. A violência policial é muito mais um crime, ela solapa os princípios do regime democrático.

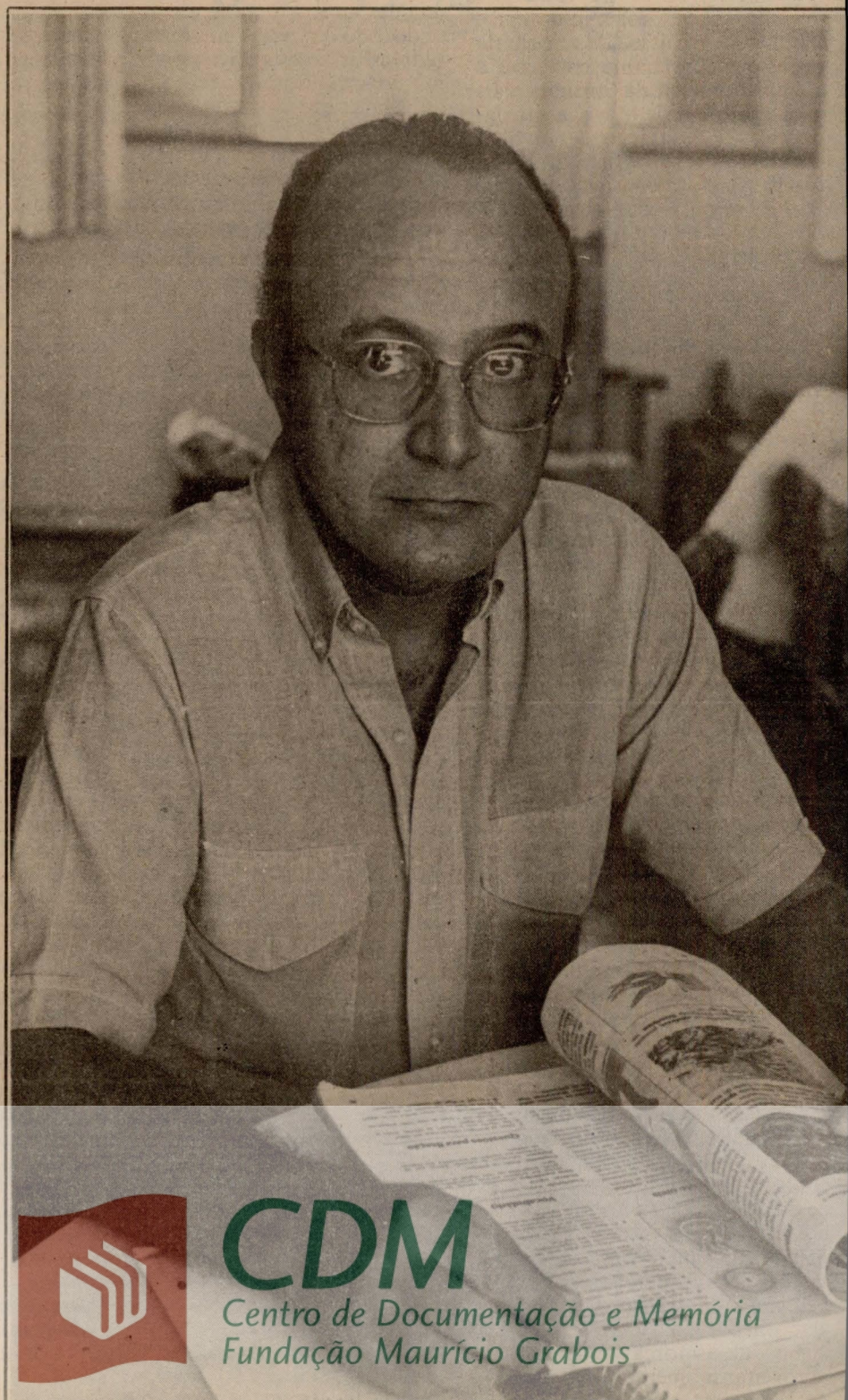
**Classe** — Mesmo com a atuação do Ministério Público, diversos processos foram esbarrando na Justiça. O sr. que o Poder Judiciário deveria sofrer mudanças?

**Vanderlino** — A falta de pressão popular sobre o Judiciário é um grande problema. Acho que não é só a alteração da legislação existente, sou até um pouco cético em relação às simples mudanças legais. Acho que a lei não transforma nada simplesmente cristaliza um pensamento do poder dominante. Ninguém pode acreditar que o poder dominante vai inventar leis que o levem a perder sua hegemonia. Então, se a própria organização judicial, a própria sociedade não passar a fazer um tipo de controle, de cobrança, nada mudará.

**C**lasse — Na elaboração da Constituição Federal perdemos uma boa oportunidade de implementar algumas mudanças na Justiça?

**Vanderlino** — Lamentavelmente no constituintes se preocuparam muito pouco com isso. Até mesmo as forças

Foto: ar

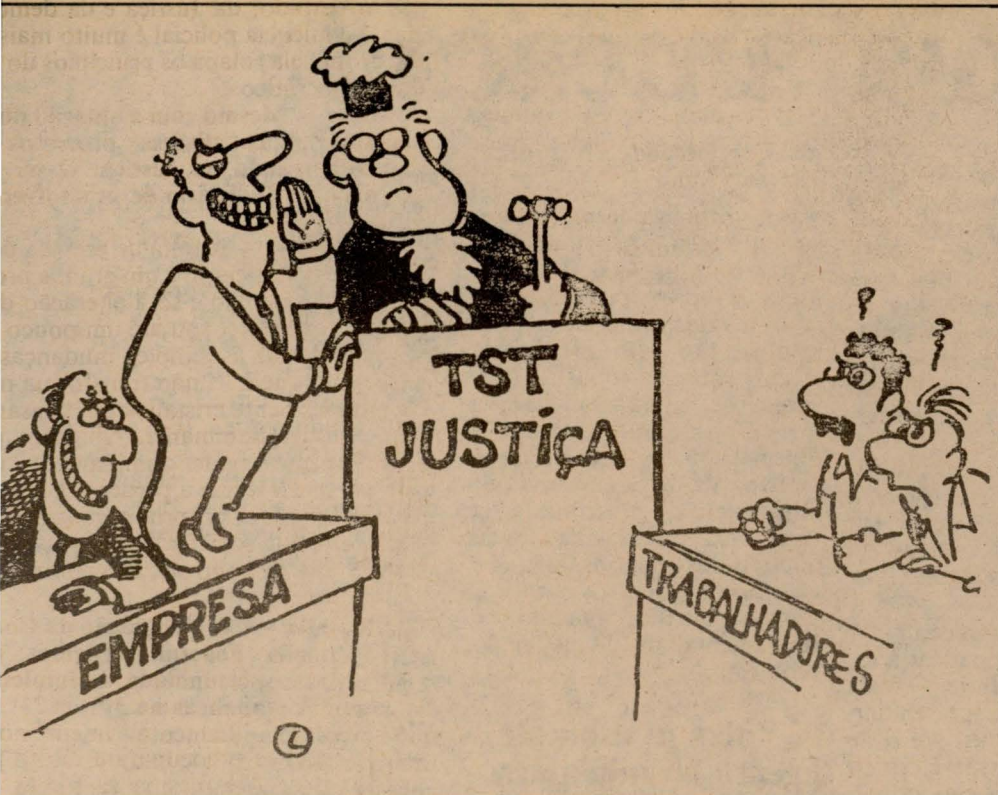


O Procurador Geral de Justiça na Bahia, dr. Vanderlino Nogueira



**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



gressistas, talvez por serem minoria e necessitarem, por isso, de se concentrar em outras questões, não deram a devida atenção ao problema da Justiça.

**Classe — Em relação ao Ministério Público a Constituição trouxe mudanças positivas?**

**Vanderlino —** Não tenho esperança de que se faça qualquer transformação a partir da máquina do Estado e através da lei. Não será a aplicação da lei, seja ela a mais liberal possível, que vai fazer nenhuma transformação. Contudo, lutamos na Constituinte para que o Ministério Público ganhasse autonomia em relação ao Executivo e de certa maneira conseguimos. A Constituição de 88 retirou o Ministério Público do Poder Executivo e o colocou, num capítulo apartado, fora dos três poderes, que hoje é indicado livremente pelo governador, sendo que será escolhido dentro de uma lista triplíce eleita diretamente por toda a classe. Depois de escolhido, o Procurador Geral não poderá mais ser demitido pelo governador. Ele terá um mandato de dois anos e só poderá ser afastado do cargo por decisão, a qualquer tempo, de processo na Assembleia Legislativa do Estado. Outra coisa que a nova Constituição garantiu foi a independência funcional, ou seja, nenhum poder poderá obrigar que o Ministério Público, no exame dos autos, proceda desta ou daquela maneira. Garantiu-se ainda a autonomia administrativa do Ministério Público, que agora não dependerá mais dos órgãos do Executivo. Não conquistamos o ideal, mas se compararmos ao que existe hoje, sem dúvida tivemos avanços.

**Classe — Que considerações gerais o sr. faz sobre a Constituição de 88?**

**Vanderlino —** Para mim, o mais importante é que a Constituição de 88, que aliás não é grande coisa, pois é ambígua com pontos bons e péssimos, foi a possibilidade da sociedade discutir os grandes temas brasileiros através da Assembleia Nacional Constituinte. Vemos a sociedade civil ser mobilizada para discutir muita coisa pelo fato de estarmos num processo de elaboração da Carta Constitucional. Acho que as forças progressistas devem aproveitar momentos como esse para tentar despertar e conscientizar a população a respeito de certos assuntos.

**Classe — Como o sr. aplica este raciocínio ao processo de elaboração das constituições estaduais?**

**Vanderlino —** Acho que na Constituinte estadual devemos ousar mais. Não devemos ficar presos as preocupações técnico-juridicistas nem nos limites existentes.

**Classe — O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA) tem defendido a idéia de que na elaboração das cartas estaduais devemos encontrar as brechas para recolocar outra vez na pauta de discussão, as propostas progressistas que foram derrotadas a nível nacional e, nesse sentido, enfrentar novas lutas. O que o sr. acha disso?**

**Vanderlino —** Exatamente. Teremos essa nova oportunidade. Acho que o grande perigo é considerarmos que a Constituição estadual deva ser uma forma de reescrever a federal. Isto para mim será um fato político negativo, pois o Estado da Bahia pode tentar avançar. Se as forças progressistas começarem a se preocupar muito com os chamados limites jurídicos, a ter muita preocupação com o lado técnico da área do direito, vai ser muito ruim.

**Classe — A idéia é, também, reafirmar na Constituição estadual os pontos positivos existentes na Constituição federal...**

**Vanderlino —** É isso que eu chamo ousar e não ficar preso a coisas do tipo "isso não é certo"... Não estamos aqui para seguir o que é certo no sentido técnico-juridicista, o que importa é saber o que é certo politicamente. Vou lhe dar um exemplo. Em relação ao Ministério Público, se a Constituinte estadual resolver apenas repetir os dispositivos já aprovados nacionalmente, será um fracasso. Mas se ela for além em dispositivos como o que diz: "Compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia", é necessário que se diga, de forma detalhada, na prática, em cada Estado, que medidas são essas, quais nossos limites etc.

**Classe — Mas alguns juristas se opõem a que detalhes sejam escritos na Constituição.**

**Vanderlino —** Isso para mim é posição ideológica. É o sonho da Constituição sintética no estilo norte-americano. Mas, primeiro, isso é uma balela, pois a Constitui-

ção americana não é aquela de poucos artigos, ela é formada por estes e mais as inúmeras emendas constitucionais e decisões da Suprema Corte norte-americana, que têm o mesmo nível das normas constitucionais. Então vamos desmascarar isso, pois não existe essa Constituição norte-americana, ideal e sintética. Depois, a Constituição estadual tem que atender ao momento histórico do Brasil, onde a sociedade tem uma grave desconfiança na máquina institucional. Não podemos deixar certos assuntos soltos na mão de maiorias às vezes eventuais, a serem formadas na legislatura ordinária. A questão para mim não é jurídica mas política. Sendo assim, defendo que certos assuntos sejam cristalizados no texto constitucional.

**Classe — Que assuntos são esses?**

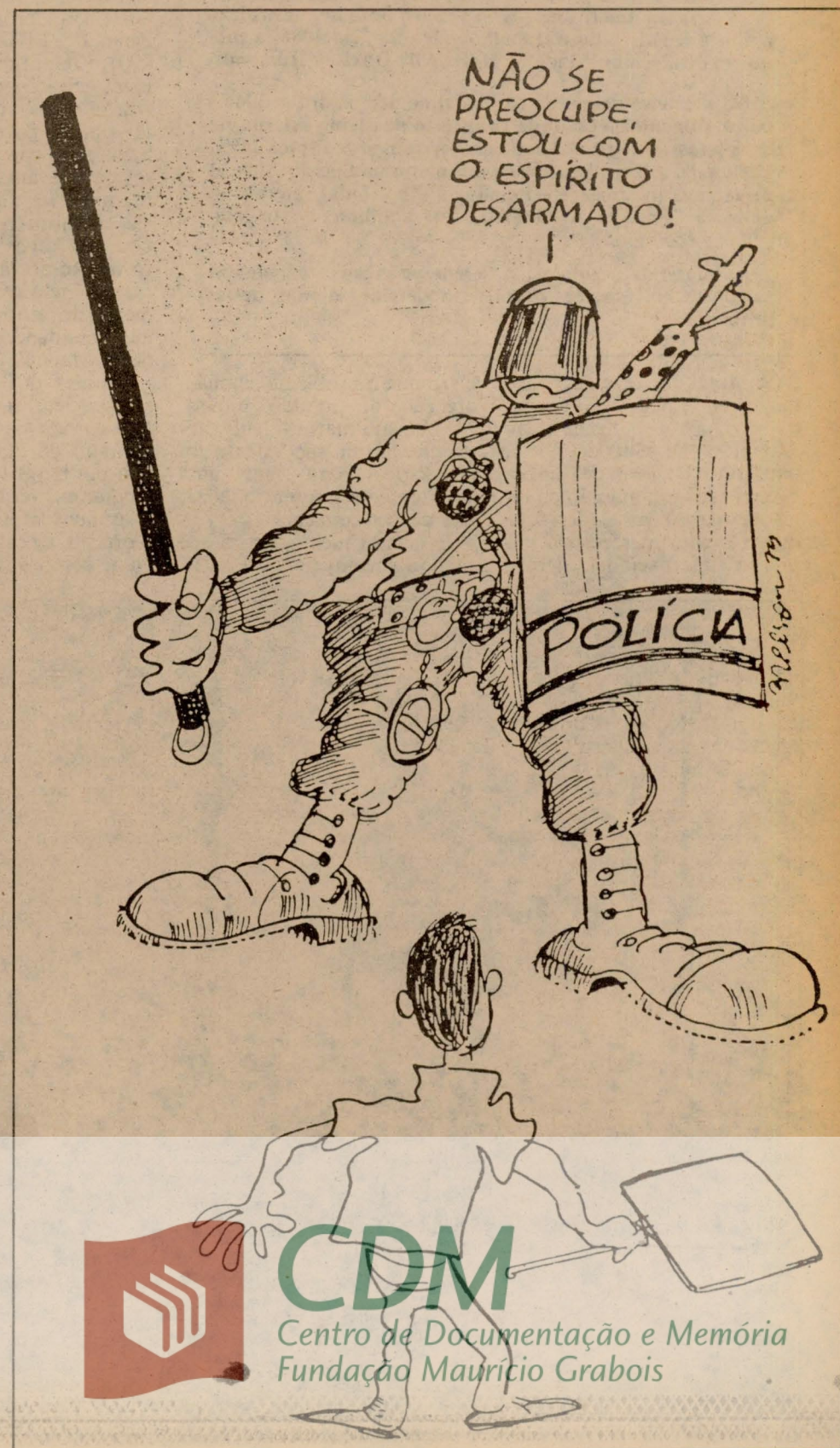
**Vanderlino —** Em relação à participação popular, por exemplo, a Constituição federal trata de uma maneira muito vaga. Acho que o Estado da Bahia poderia avançar nesse ponto, estabelecendo instrumentos dessa participa-

ção popular, dando uma parcela maior de poder à sociedade. A Constituição diz que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos da lei". Verificando depois, você vai descobrir que esse "diretamente nos termos da lei" é uma coisa muito vaga, muito pequena. Nós podemos pensar numa coisa maior, que garanta de fato a participação popular, tais como Conselhos Comunitários, Comissões Paritárias etc. Acho que isso é uma brecha pela qual se pode batalhar.

**Classe — Qual sua opinião sobre a sucessão presidencial?**

**Vanderlino —** Nesta questão eu estou pagando para ver. Estou vendo outra vez o povo brasileiro ser convidado, ao que parece, a homologar decisões de elites. Espero que possamos romper um pouco com isso. Eu não gostaria de me deparar com o triste dilema de ter que escolher entre Brizola e Silvío Santos.

★ Correspondente da "Classe" em Salvador (BA)



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Nossa Amazônia ameaçada

Jaime Sautchuk

especial para "A Classe"

Seria um enorme equívoco esperar do capital estrangeiro a salvação ecológica da Amazônia. A única saída para ela é a mobilização do movimento popular, que precisa capacitar-se rapidamente e apresentar propostas para ocupar a região sem devastar a floresta.

A "Classe Operária" passa a publicar, a partir desta edição, uma série especial de matérias a respeito dos problemas da Amazônia, e das alternativas para desenvolver a região preservando ao mesmo tempo a natureza.

O autor dos trabalhos, Jaime Sautchuk, é um dos maiores especialistas no assunto, no jornalismo brasileiro. Publicou reportagem a respeito de temas amazônicos nos jornais "Opinião", "Movimento", "Folha de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo". É autor do livro "Projeto Jari — A invasão americana" e do vídeo "Balbine, destruição e morte". Este último trabalho valeu-lhe, em 1988, a conquista do Prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos.

No primeiro artigo da série, Jaime demonstra a falácia dos argumentos a favor da conversão da dívida externa em "projetos ecológicos" controlados por organismos internacionais. Além disso, traça um panorama geral sobre as principais questões relacionadas à Amazônia: internacionalização, energia, queimadas, defesa militar, povos indígenas e ecologia.

As matérias seguintes, a serem publicadas em nossas próximas edições, abordarão em detalhes alguns destes problemas.

No final de fevereiro último, quando ocorreu o encontro dos povos indígenas, em Altamira, no Sul do Pará, uma enorme nuvem de fumaça emergiu sobre a questão da região Amazônica. O destaque que o evento mereceu na imprensa internacional deixou

claro que o problema chama a atenção do mundo inteiro. Mas deixou mais evidente ainda que há um movimento internacional para, mais uma vez, tentar a internacionalização da Amazônia.

Esse movimento tem a seu favor a incompetência e o des-

leixo com o que os sucessivos governos brasileiros — inclusive o atual — vêm tratando o problema. Mas tem contra si uma crescente conscientização de que a Amazônia brasileira deve continuar brasileira. E de que, para isso, devem os brasileiros ter propostas claras sobre como ocupar a região, explorar suas riquezas e preservar sua natureza.

Qualquer pessoa que pretenda compreender o problema da Amazônia deve levar em conta os pontos básicos da questão. Vejamos alguns:

1. **Internacionalização** — A idéia de internacionalizar a região não vem de hoje. O mais polêmico projeto apresentado nas últimas décadas, foi o de autoria do professor Herman Khan, dos Estados Unidos, em 1967. Khan, tido como futurólogo, era diretor do *Hudson Institute*. Usando de um acordo que o governo brasileiro havia feito com aquele instituto, para levantamento aerofotogramétrico da Amazônia, ele elaborou o "Projeto dos Grandes Lagos", que previa a formação de vários lagos artificiais, inclusive com o barramento do próprio rio Amazonas, inundando parte da cidade de Manaus.

A idéia foi defendida por alguns cientistas e diplomatas brasileiros, mas sucumbiu no pântano de interesses que tinha por detrás. O que se pretendia, em verdade, era viabilizar mais rapidamente a exploração de minérios na região, como admitiu, há mais

de três décadas, o próprio Herman Khan.

Sutilmente, porém, empresas estrangeiras passaram a assumir o controle de enormes áreas de terras e principalmente a manter concessões para exploração de minérios. Atualmente, de todas as propostas de internacionalização que têm sido apresentadas — especialmente aquela da troca de parte da dívida externa por um projeto de preservação da Amazônia — nenhuma fala da questão dos minérios. Só que a questão dos recursos naturais, economicamente falando, é fundamental na discussão do problema.

## A Volks já usou até agente laranja para desmatar no Pará

Boa parte do que já se destruiu da Amazônia deve ser creditado ao capital estrangeiro. A Volkswagen, por exemplo, chegou a usar o desfolhante químico conhecido como "agente laranja", famoso pela sua aplicação na guerra do Vietnã, para desmatar suas terras no sul do Pará. E são estrangeiras as principais empresas que operam com a exportação de madeiras tropicais, de pedras preciosas, metais não-ferrosos, peles de jacarés e até mesmo pluma de aves. Ou seja, com ecologia é que o capital estrangeiro não tem tido grandes preocupações na Amazônia.

Foto: arquivo

O mesmo ocorre com os organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird), que hoje em dia se apresenta como defensor do meio ambiente. Importantes projetos de destruição da Amazônia foram financiados pelo Bird. A rodovia 364 (Cuiabá-Porto Velho), uma estrada federal que faz tudo o que o Bird agora diz que não é para fazer, foi financiada por esse organismo. Foi uma estrada construída sem qualquer previsão do impacto ambiental que teria.

2. **Energia** — O problema energético preocupa todos os segmentos da sociedade, especialmente por que é um setor que exige planejamento de muito longo prazo. No caso da energia elétrica, há que se ter uma previsão precisa para não provocar, para citar um caso próximo, o que está ocorrendo agora na Argentina. A falta de energia para indústrias, para os transportes, provoca desemprego e assim por diante.

Esse é um problema de planejamento estratégico sobre o qual não há muita discordância. A sociedade precisa progredir e, para progredir, precisa de energia elétrica. O problema é a maneira de fazer a coisa. E, nisso também, os governos brasileiros das últimas décadas vêm demonstrando boa dose de incompetência para tocar o setor. Até por ter que levar em consideração as várias alternativas energéticas de que dispomos.

A geração de eletricidade pelo processo nuclear tem sido um retumbante fracasso. Nem a usina de Angra I, que há anos devia estar produzindo energia, consegue transformar os bilhões de dólares ali investidos em quilowates. Uma outra alternativa, em que o Brasil é pródigo, é a hidreletricidade, pelas razões óbvias. É nesse campo que se baseia principalmente o Plano 2010, um planejamento energético de longo prazo, elaborado pela Eletrobrás.

## Inundam-se áreas imensas, e obtém-se muito pouca energia

O Plano 2010 tem causado preocupação por algumas razões básicas. Vejamos os números: somando todas as suas fontes de energia elétrica, o Brasil produz hoje 47 milhões de quilowates/hora. e a previsão é de que, só a Amazônia, daqui a vinte anos, estejam sendo produzidos 125 milhões de quilowates. Mas números são números. Há outros aspectos para analisar.



Os fazendeiros tocam fogo na mata e evitam a reforma agrária. Esta tem sido uma das principais causas da devastação.



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Por exemplo, das mais de cinquenta usinas hidrelétricas que se pretende construir na região, boa parte fica na chamada calha norte do rio Amazonas. Ou seja, nos seus afluentes do lado norte. Ocorre que os rios da calha norte têm pequeno declive, de modo que há que se alagar grandes extensões de terra para produzir a anergia pretendida.

O exemplo mais dramático desse problema é o da hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, ao norte de Manaus, no Estado do Amazonas. É como se fosse perfurado um poço de petróleo para acender uma lâmparina. A usina alaga 2.500 km<sup>2</sup> e não conseguirá produzir nem os 250.000 quilowatts que foram planejados. Para se ter uma idéia mais clara, a cidade de Manaus consome 320.000 quilowatts/hora. Mais: a hidrelétrica de Tucuruví, no rio Tocantins (sul do Pará), vai alagar uma área um pouco menor para produzir, quando completada, oito milhões de quilowatts. Portanto, pelo menos 24 vezes mais que Balbina, inundando área menor.

Mas mesmo as hidrelétricas ao sul do Rio Amazonas como é o caso de Tucuruví, são questionadas. Destrói-se indiscriminadamente a flora e a fauna sem sequer saber-se direito o que está sendo inundando. Reservas indígenas são alagadas em muitas delas. É o caso de Balbina, que abocanhou um terço da área reservada aos índios Waimiri-Atroari. Vilas e até cidades são afogadas inteiramente sem que a comunidade discuta o problema.

A discussão sobre as hidrelétricas fica restrita a empresas de construção civil, empreitei-

ras das obras, aos fabricantes de equipamentos e outros setores do poder econômico. É o caso da União Democrática Ruralista (UDR), que chegou a fazer passeata em Altamira em defesa da construção da hidrelétrica de Cararaô. A UDR parece querer apenas valorizar os enormes latifúndios dos seus membros da Região.

**3. As queimadas** — Foi grande o alarde no mundo inteiro, na época de seca do ano passado, sobre as queimadas na Amazônia brasileira. Esse ano será novamente, com certeza. Essa questão está estreitamente ligada ao problema da reforma agrária. Por duas razões básicas. Primeiro, a concentração de terras no sul do País, que expulsa o pequeno e o médio proprietário rural.

Proprietários desse porte e trabalhadores rurais açoitados pelos baixos salários, mal-tratos e falta de condições de vida vão buscar na Amazônia uma esperança de um futuro melhor.

### Por trás das queimadas está a ausência da reforma agrária

São levas e levas que chegam diariamente. Estabelecem ponto num pedaço de terra e vão desmatar um quinhão qualquer para plantar. O problema que consegue ser muito mais greve, porém, é o do grande proprietário de terra, levado ao desmatamento pela maneira com que a nova Constituição tratou o problema da reforma agrária — considerada por todos os setores políticos como uma "vitória" da UDR.



O dinheiro que falta para proteger a fauna sobra para levar adiante projetos militares.

A questão é a maneira nebulosa com que ficou classificado aquilo que poderia ser chamado de "propriedade produtiva". Basta derrubar a mata, vender o que for madeira de algum valor no mercado e tocar fogo no resto que a propriedade, ironicamente, fica parecendo produtiva. Na opinião desses especuladores, o efeito estufa, por exemplo, é um problema que não existe.

Tampouco a saturação da atmosfera ou as aberturas na camada de ozônio que protege a terra dos raios do sol pareceu preocupar essa gente.

Por conta disso, calcula-se hoje, segundo dados do recentemente extinto Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), que existam nos limites da Amazônia brasileira cerca de 2.500 madeiras registradas oficialmente como empresas. Somadas às que atuam ilegalmente, o número pode chegar a perto de dez mil. Essas madeiras operam basicamente com a compra de madeiras de lei em áreas que estão sendo desma-

tadas. Leve-se em conta que, segundo dados do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), menos de três por cento das espécies vegetais da região têm suas potencialidades efetivamente conhecidas. Do ponto de vista econômico, segundo o IBDF, menos de cinco por cento das árvores encontradas na Amazônia têm valor comercial. Vende-se esse tanto e queima-se o restante.

**4. A defesa militar** — O Projeto Calha Norte desenvolvido pelas Forças Armadas e elaborado no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, é apresentado como uma forma de defesa da Amazônia. O dinheiro que não existe para coibir a matança de jacarés no Pantanal Matogrossense, acaba finalmente aparecendo para implantar bases e promover operações militares em toda a fronteira norte do Brasil.

### Na "Calha Norte" o Exército vê o inimigo errado

A intenção principal do projeto, na concepção dos autores do projeto Calha Norte, é evitar que haja convulsões sociais internas na região e que o Brasil sofra com os estilhaços do que é chamado nas Forças Armadas de "comunização" da América do Sul. É citado como exemplo o fato de movimentos guerrilheiros de países vizinhos atuarem nas regiões fronteiriças.

O projeto prevê a utilização das três Forças Armadas em bases fixas e em operações especiais. A visão dos militares que elaboraram e estão colocando esse plano em execução pode ser comparada ao caso de cidadão que, há muitos e muitos anos sendo saqueado por ladrões pela porta da frente da sua propriedade, resolve encher de cães ferozes as portais dos fundos.

**5. Os povos indígenas** — Os militares temem, também, que nações indígenas, como os Yanomamis, por exemplo, considerada a mais populosa do Brasil, resolva virar um "País Basco" num futuro próximo.

Foi por essa razão que elas fizeram tanta pressão no processo de elaboração da nova Constituição contra a caracterização dos grupos indígenas brasileiros como nações. Não é por mero acaso que os Yanomamis, que têm ramificações na Venezuela, estão hoje sob as principais atenções militares na fronteira do Brasil com seus vizinhos do norte.

Os povos indígenas brasileiros, cujos principais líderes estiveram no encontro de fevereiro passado e elaboraram a "Carta de Altamira", ganham cada vez maior firmeza na defesa das suas terras e da sua cultura. Dizer que a questão da preservação das reservas indígenas e da criação de muitas outras que estão sendo reivindicadas é deixar muita terra com pouca gente, como tem sido repetido por autoridades do governo, é um absurdo.

Um exemplo disso não os índios Kren-a-Kârore, da região dos rios Peixoto Azevedo e Telles Pires, contactados em 1973 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e levados para outra área, junto ao Parque do Xingu. Esses índios e suas culturas não existem mais.

Obviamente, os povos indígenas não podem e não devem ser tratados como um patrimônio histórico, mas sim defendidos como membros de nações, etnicamente diferentes. A existência de entidades internacionais ligadas aos movimentos ecológicos e de defesa das minorias raciais não pode ser confundido com o alvoroço do capital internacional sobre a questão da Amazônia. Caso fosse assim, na época da ditadura teríamos, os brasileiros, que ter rejeitado a importante ajuda de entidade como Anistia Internacional, que salvou muitas vidas no Brasil.

**6. Ecologia** — Falar em ecologia ou em meio ambiente, hoje em dia, significa algo como "cuidar da vida". Não se trata, entretanto, de cuidar de um animal, de uma planta de uma espécie qualquer isoladamente. Trata-se de um problema que ameaça a existência da própria humanidade. Por isso, chama a atenção dos que estão preocupados com o progresso, com o chegar a algum lugar onde a vida seja melhor e menos injusta.

Portanto, quando se fala em "ecologia" em relação a Amazônia, deve-se ter em conta tudo aquilo que existe na região. Não é uma questão do "verde pelo verde". O problema é tudo o que há na região, mas que interessa a todos de um modo geral.

O "x" da questão está, portanto em que haja um movimento popular para que seja garantida uma política de preservação da Amazônia, de acordo com a realidade brasileira.

## Uma estranha forma de ajuda

*Um presente de grego. É pelo menos isso o que se pode dizer das operações de conversão da dívida externa em "projetos ecológicos" autorizados recentemente pela Costa Rica e pela Bolívia, e agora propostos ao Brasil. Em ambos os casos as entidades que compraram parte da dívida externa dos países envolvidos obtiveram, logo de saída, lucros de até 620%*

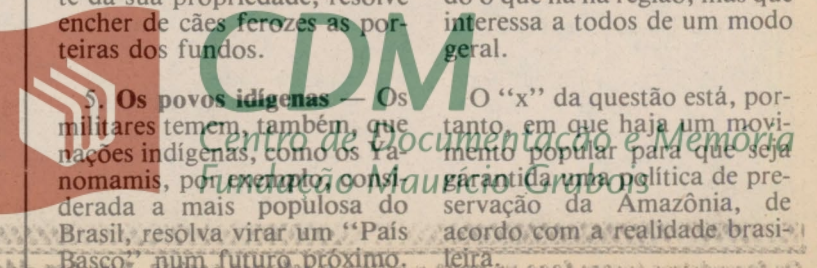
*A operação mais vantajosa ocorreu na Costa Rica. Uma entidade americana conhecida como "The Nature Conservancy" comprou do American Express Bank títulos do governo costa-riquenho equivalentes a 5,6 milhões de dólares, para transformá-los posteriormente em investimentos ecológicos.*

*Ocorre que os títulos da dívida da Costa Rica estão extremamente desvalorizados no exterior, e por isso a "The Nature Conservancy" pagou por eles apenas 784 mil dólares. De posse dos títulos dirigiu-se ao Tesouro costa-riquenho e converteu-os em moeda local. Ao consumir-se a operação, porém, a dívida foi resgatada por seu valor nominal, ou seja, os 5,6 bilhões de dólares. A instituição americana obteve, num prazo de poucos dias, o lucro astronômico de 620%. Já a Costa Rica resgatou parte de sua dívida por um preço sete vezes superior ao do mercado. A natureza certamente sairia ganhando se o governo costa-riquenho tivesse rejeitado a operação, e se investisse ao menos*

*uma parcela do prejuízo que amargou em projetos em favor da preservação ecológica.*

*O caso da Bolívia é semelhante. Um consórcio formado pelo Citibank e pela associação "Conservation International" comprou títulos da dívida boliviana por US\$ 100 mil e os resgatou alguns dias depois por US\$ 650 mil. A soma foi aplicada na reserva ecológica de Beni. A "Conservation International" adquiriu o direito de designar representantes na entidade que dirige a reserva, e surgiram na imprensa local denúncias segundo as quais ela obteve também o controle de áreas no interior da reserva.*

(A.M.)



# Em defesa da Amazônia

Nota da Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil — PCdoB.

Sérios problemas apresentaram-se à Amazônia. Intensificou-se a campanha de internacionalização dessa rica região brasileira, que representa quase dois terços do território pátrio. São graves também os atentados ao meio ambiente, as ofensas às populações aborígenes, os desperdícios e má utilização de seus recursos naturais. A expansão do latifúndio gera violência cada vez maiores.

Ameaçada e agredida de diferentes formas, a Amazônia reclama um plano multilateral e uma política racional, adequados às características da região. O povo e os setores progressistas precisam opor-se decididamente aos planos imperialistas que visam apoderar-se das riquezas do seu subsolo.

## I

Muitas têm sido as tentativas de ocupação da Amazônia pelos monopolistas estrangeiros. São conhecidos os projetos do Lago Hudson e da Híliã Amazônica que pretendiam a intromissão do imperialismo norte-americano na exploração de suas riquezas. Ambos foram derrotados pela vigilância e resistência patriótica. Agora, toma forma um novo projeto, a pretexto de defesa do meio-ambiente.

Os imperialistas fazem grande alarde, com objetivos escusos, em torno da queima das florestas amazônicas que, segundo eles, afetaria a vida em todo o planeta. Pedem uma ação internacional para coibir a devastação que aí vem ocorrendo. O assunto já não seria somente dos brasileiros, mas da humanidade. Ecologistas e imprensa mundial, de boa ou má fé, corroboram esta opinião. O *New York Times* diz que "salvar a Amazônia é de interesse do Ocidente e do próprio Brasil". A demanda chega ao ponto de, no Congresso dos Estados Unidos, ser apresentado um projeto de lei, de autoria do senador Albert Gore, indicando que "o governo brasileiro seja encorajado a iniciar um processo urgente de consultas internacionais para um programa de conservação dos recursos da Amazônia". É uma descarada intervenção nos assuntos internos do Brasil. Aliás, o texto do projeto reconhece que o tema "fere a dignidade e a soberania do povo brasileiro". Na Conferência de Haia, recentemente realizada, o presidente francês Mitterrand propôs a criação de organismos internacionais, com limitações da soberania nacional, para enfrentar problemas mundiais do meio-ambiente.

É evidente que essa campanha internacional — promovida pelos que destróem violentamente, inclusive com explosões nucleares, as condições de vida na Terra — não visam propriamente à defesa de interesses vitais da humanidade, mas a usurpação pelos monopólios estrangeiros das imensas riquezas do solo amazônico, um dos mais ricos do mundo.

As propostas dos que pretendem intervir na Amazônia chegam a ser cínicas. O *New York Times* afirma que é hora de "fazer um bom negócio": converter parcelas da dívida externa em troca de proteção à natureza. Haveria doações para comprar pela metade do preço oito bilhões de dólares da dívida que, em seguida, seriam repassados a um instituto encarregado de proteger a mata. Somente os tolos poderiam cair nessa esparrela. O instituto não passaria de instrumento manejável pelos "doadores" cobiçosos de nossas riquezas.

As pressões econômicas e políticas prosseguem. Crescem as ameaças à Amazônia. Não se pode, em defesa da ecologia e das populações indígenas, que merecem o maior respeito dos brasileiros, menosprezar a campanha de internacionalização dessa região. É indispensável desmascarar as tramas imperialistas contra a soberania nacional, e defender a Amazônia, que é nossa.

## II

Os dirigentes do país nunca se interessaram em promover o desenvolvimento equilibrado e racional da Amazônia. A penetração nessa área, mais intensa no período da ditadura militar, vai sendo feita de maneira espontânea e desastrada, comprometendo o futuro da nação.

Os projetos até agora postos em prática deram resultados catastróficos. A Transamazônica abriu caminho à destruição da floresta, quebrou a sua integridade natural e, por fim, tornou-se inviável. As concessões de milhões de hectares na Amazônia feitas, com incentivos fiscais, a poderosos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros, foram altamente prejudiciais. Várias multinacionais ali se instalaram. Para garantir a posse da terra ou implementar duvidosos projetos agropecuários, esses grupos iniciaram a queimada em vasta escala da floresta, causando estragos irreparáveis à natureza. O projeto Carajás abriu também enormes clareiras na mata virgem a fim de

explorar minérios a favor de interesses alienígenas. Aconteceu, ainda, o projeto Jari, que faliu em seus objetivos, mas depredou a região. Antes dele, concretizou-se o da Serra do Navio, no Amapá, que transportou para os Estados Unidos todo o manganês ali localizado. Presentemente, executa-se o projeto Calha Norte, de feição militar, que, sob a alegação de proteção das fronteiras, provoca sérios danos ao meio-ambiente e dispersa as tribos ianomânis.

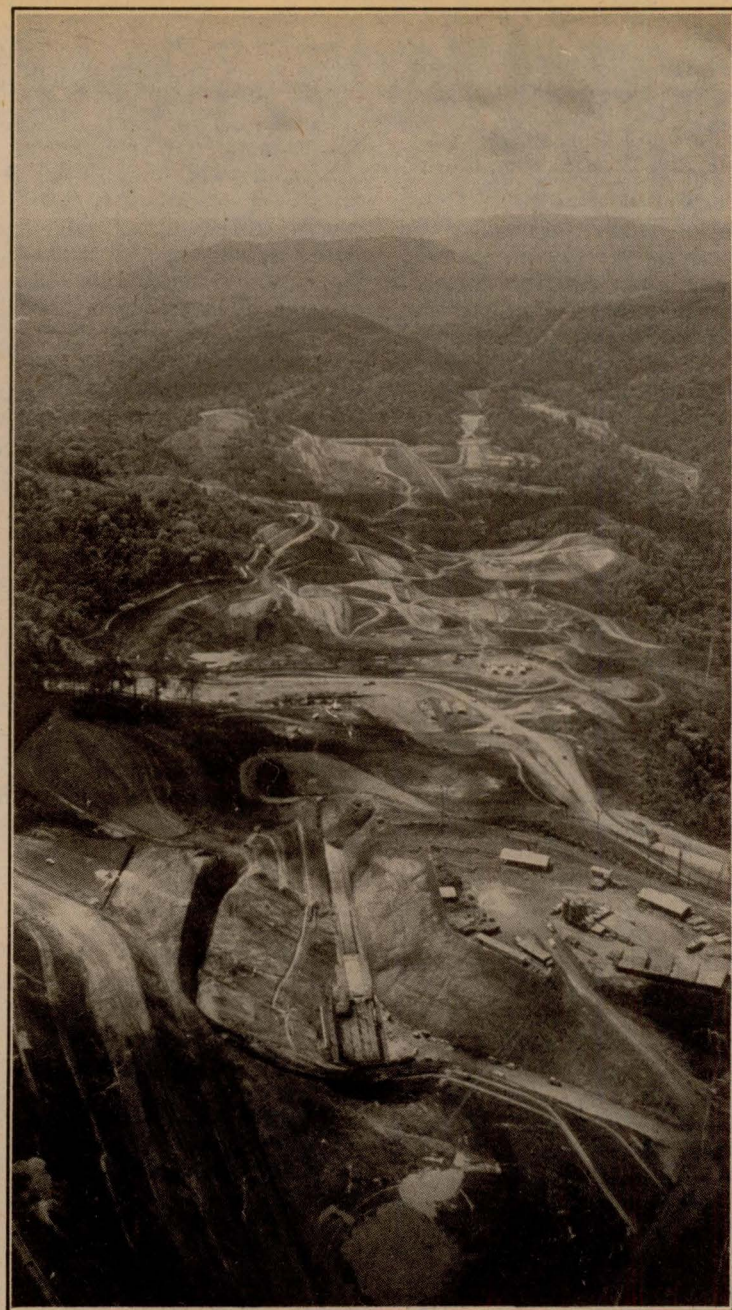
Esses projetos não seguiram critérios de planificação global ajustados à região. Nem foram submetidos a qualquer consulta à nação. Visavam interesses espúrios.

A política das classes dominantes no que respeita à Amazônia é condenável em todos os aspectos. Se bem que é preciso aproveitar a energia dos rios para desenvolver o país, diversas hidrelétricas construídas na Amazônia danificaram o meio-ambiente e serviram principalmente a empresas estrangeiras, como é o caso da Alunorte, no Pará, que consome a maior parte da energia da usina de Tucuruí, a preços abaixo do custo, na fabricação de alumínio. A usina de Balbina, recém-inaugurada, não compensa os prejuízos causados à floresta e aos índios. Atualmente, instalam-se siderúrgicas no Norte do país à base do carvão vegetal, que levará à devastação das minas em vastas áreas.

O povo brasileiro não pode deixar de repudiar a orientação ruinosa das classes dirigentes para a Amazônia. Os governantes posam de defensores da integridade nacional, mas na prática comportam-se como entreguistas, serviçais do capital estrangeiro, e dilapidadores do riquíssimo patrimônio amazônico, garantia de um futuro próspero para o Brasil.

## III

Faz parte da problemática amazônica uma justa solução para as populações indígenas. A penetração tumultuada que se vem procedendo afeta seriamente as condições de existência dessas populações. As reservas florestais dos índios, indispensáveis à sua sobrevivência, são violadas constantemente com a construção de estradas, hidrelétricas, instalações militares em largas áreas de mata e com a exploração desordenada dos garimpos. O contato com a civilização, mal orientado, não protege a cultura e o processo normal de desenvolvimento do índio e contribui para introduzir entre as populações primitivas elemen-



A mata devastada, para implantar o Projeto Carajás: o governo diz defender a soberania, mas promove o entreguismo.

tos de corrupção e degenerescência.

Um plano integrado de exploração da Amazônia terá de incluir uma correta política indigenista, adotar medidas de proteção real do índio.

## IV

Outra importante questão a considerar é o agravamento da violência no campo. A ocupação da região amazônica privilegia o latifúndio. Praticamente, 90% da área ocupada está nas mãos de latifundiários possuidores de dezenas e centenas de milhares, e até de milhões de hectares. O médio e o pequeno produtor são acudados pelos grandes proprietários de terra. O camponês pobre não tem vez. Também os que exercem atividades extrativistas, em particular os seringueiros, são atacados. Multiplicam-se os crimes praticados por pistoleiros a mando dos poderosos do campo, sem que os assassinos, mandantes e executantes, sejam punidos. É resultado da expansão do latifúndio incentivada pelo governo. Os insaciáveis donos da terra expulsam ou matam os que obtêm a vida através de seus projetos ambiciosos. Criaram a UDR, braço armado do latifúndio, uma organi-

zação terrorista que realiza o crime organizado.

## V

Ao denunciar a grave ameaça de internacionalização da Amazônia, que precisa ser respondida com grande energia e mobilização popular, o Partido Comunista do Brasil ressalta o conjunto de questões que necessitam ser enfrentadas e resolvidas em prazos não muito dilatados. Não se pode defender a Amazônia e utilizar suas riquezas para o bem do país, sem atender ao complexo de questões interligadas que exigem planejamento e soluções apropriadas à especificidade da região. A ecologia é um dos problemas, mas não o único. É justo apoiá-lo. Tem, no entanto, de ser resolvido pelos brasileiros, nunca sacrificando a soberania nacional.

A defesa da Amazônia é parte da luta do nosso povo contra as forças reacionárias que dirigem o país e contra a oligarquia financeira internacional ávida de apossar-se do que nos restou.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil



# O massacre de Santa Elmira

Mauro Gaglietti \*

**Nossos correspondentes narram em detalhes a incrível operação policial em que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul uniu-se a milícias privadas da UDR para massacrar a tiros, coronhadas, socos e botinações um grupo de posseiros.**

De um lado, 3 mil colonos sem-terra, membros do contingente imenso de órfãos do minifúndio gaúcho. Gente como Irene Scherner, cujos pais tinham "doze hectares e dez filhos". Gente que pambulava há anos e sem rumo pelos campos do Rio Grande. Gente que ocupou, no dia 9 de março, os 1365 hectares da Fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, levando a roupa pouca no corpo, as crianças no colo e nas mãos as enxadas, foices e facões, e algumas espingardinhas taquari de caçar, que ainda se enche de chumbo pela boca.

De outro lado, os destacamentos da Brigada Militar do Rio Grande sediados em pelo menos seis municípios, um pelotão de choque enviado especialmente de Porto Alegre e agentes da Polícia Federal. E também 350 lafundários, que vieram de vários pontos da região e, protegidos pela polícia, montaram acampamento na própria sede da fazenda ocupada, carnearam bois, aprontaram churrascos e se prepararam para assistir a um espetáculo, que comemorariam depois com fogos de artifício.

Dois dias de preparativos e, enfim, o espetáculo. Bombas, tiros, baionetas, murros e botinações. Quatrocentos feridos, e onze desaparecidos, alguns dos quais podem estar mortos. Mas a imprensa trata o fato com frieza, e o país segue sua vida normal. Para muitos, Santa Elmira é mais um nome perdido no noticiário — nesse noticiário sempre indiferente que trata os conflitos de terra como se fossem acontecimentos desimportantes, ocorridos num país distante do nosso.

## Veneno lançado de avião

A história começa no dia 9 de março, uma quinta-feira, quando um grupo de colonos que deixara o acampamento dos sem-terra em Rincão do Ivaí ocupou parte da Fazenda Santa Elmira, na região de Cruz Alta, um dos centros de produção de soja no Rio Grande do Sul. Os 3 mil colonos — entre eles 800 mulheres e 600 crianças — cansaram de ouvir as sucessivas promessas de assentamento, jamais cumpridas pelo governo Pedro Simon. E alegam que sua permanência em Rincão do Ivaí tornou-se insustentável. Afirmam que fazendeiros da região, ligados à UDR, ordenaram que seus aviões despejassem veneno sobre o acampamento, depois de pulverizar as plantações. E choraram a morte de cinco crianças, que não resistiram à intoxicação.

A fazenda ocupada é enorme, para os padrões de um Estado on-

de há dezenas de milhares de sem-terra, e de onde multidões partiram, nos últimos anos, em busca de terras ainda virgem em Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima. A proprietária, a viúva Maria Fausta de Vieira, ocupa uma parte para criar gado. A outra, ela aluga ao fazendeiro Sérgio de Bórtoli.

Tão logo consuma-se a ação dos posseiros, o vereador Carlos "Taquara", do PCdoB, propõe à Câmara Municipal de Cruz Alta que seja formada uma comissão para acompanhar a luta. "Taquara" conhece as dificuldades enfrentadas pelos posseiros, e sabe também da disposição dos fazendeiros em reprimir firmemente o movimento, em "dar uma lição" aos sem-terra.

## Milícias da UDR

A Câmara é sensível à proposta, e a comissão é constituída. Ao se dirigir ao local onde estão acampados os colonos, no entanto, é barrada, à força, por um pelotão fortemente armado composto... por membros da UDR. Vai começar aí uma incrível seqüência de arbitrariedades, de constrangimento dos direitos mais elementares e de violências. Vai começar também um embaralhamento, uma fusão cada vez mais completa e mais escancarada entre os interesses dos fazendeiros ligados à UDR e as atribuições da Polícia e do Poder Judiciário. Milícias particulares exercem o poder de polícia, sem que a própria Polícia tome qualquer providência. Fazendeiros e autoridades regozijam-se em festivos banquetes. Ao fim, parece não haver mais diferença alguma entre donos de terra, policiais e juizes. São todos membros de uma ampla operação montada para massacrar os sem-terra, e tentar frear a luta pela reforma agrária.

Não foram necessárias 24 horas de ocupação para que a Justiça corresse em socorro dos fazendeiros. Na sexta-feira, dia 10, ao meio-dia, um oficial de Justiça

apresentou-se aos líderes do movimento para intimá-los a abandonar a Fazenda Santa Elmira. Pouco antes o juiz de Sobradinho, Hércio Costa, determinara a reintegração de posse, sem sequer comparecer ao local da ocupação e sem ouvir ao menos a posição dos posseiros. "Batemos nosso recorde. Conseguimos uma liminar em 12 horas", afirmaria depois o vice-presidente local da UDR, Alcides Etchegoyen.

## Ação da justiça

Os representantes do Judiciário participaram pelo menos mais duas vezes, e sempre de maneira parcial e comprometedor, da operação de desalojamento. Um dia depois de exigir a desocupação o juiz Hércio Tosta foi pessoalmente à Fazenda Santa Emília, na companhia do mesmo oficial de Justiça, para comunicar aos colonos que o prazo para se retirarem estava encerrado. Ouviu então dos sem-terra um pedido para que sus-tasse a ordem de despejo, o que tornaria possível o início das negociações. Foi insensível ao que lhe solicitavam, e abriu caminho para a ação policial. Poucas horas depois o oficial de Justiça era visto na sede da fazenda, participando de um churrasco organizado por membros da UDR enquanto se aguardava o início da repressão policial.

Um capítulo à parte precisa ser aberto, aliás, para narrar a utilização da sede da Fazenda Santa Emília pelos proprietários de terra. Tão logo a notícia da ocupação se espalhou 350 deles dirigiram-se para ali, orientados por seus líderes locais. E lá montaram seu quartel-general. Carnearam muitos bois, que serviram de alimento para eles próprios e para a Brigada Militar. E participaram diretamente, ao lado dos chefes policiais, da articulação do esquema que seria utilizado para desalojar os posseiros.

Assim é que às 16h30 do sábado a Brigada Militar passou a sobrevoar, em dois aviões cedidos pelo

fazendeiro Valdir Funck, da UDR, o acompanhamento dos agricultores. E como isso não foi suficiente para causar a dispersão, um deles começou a bombardear os ocupantes com bombas de gás lacrimogênio.

As crianças e mulheres começaram a gritar, apavoradas pelo efeito dos gases. Os colonos corriam de um lado para o outro, tentando proteger as famílias. O bombardeio durou duas horas. Incapazes de resistir a tal assédio, os ocupantes agitaram a bandeira branca, enquanto os alto-falantes controlados pela coordenação do movimento comunicavam a rendição e lançavam um apelo dramático pelo fim das hostilidades.

## Atirar para valer

O comunicado não bastou para frear a ação policial. As tropas penetraram no acampamento, usando fuzis, metralhadoras e baionetas. "Os policiais corriam em grupos em nossa direção, e começaram a atirar", revelou o frei Sérgio Görgem, que prestava assistência aos sem-terra na fazenda ocupada e foi agredido pela polícia. Houve muitos feridos a bala.

Vencida a resistência dos colonos foi a vez dos membros da UDR entrarem em ação. Muitos deles venceram a cavalo a distância que separava a sede da fazenda do local do acompanhamento. Também armados, eles agrediram os colonos a tiros, botinadas, pauladas e chicotadas. O arrendatário da fazenda, Sérgio de Bórtoli, foi reconhecido por um ex-empregado, hoje sem-terra, quando participava da operação.

A maioria dos agricultores correu pelo mato, para se proteger das balas e das agressões. Um grupo de cerca de 100 a 120, no entanto, deitou-se no chão, rendido. Foram obrigados pelos policiais e pelos uderistas a permanecerem nesta posição até as 22 horas, enquanto ouviam improperios e recebiam botinações, chicotadas e golpes de baioneta.

Foto: arquivo



Fuzis, metralhadoras e baionetas, contra os sem-terra. É a reforma agrária de Sarney e Pedro Simon.

## Negrinho do Pastoreiro

A violência adquiriu requintes de extrema crueldade. Alguns colonos tiveram taquaras enfiadas sob as unhas. As mulheres eram ameaçadas de estupro na frente de seus maridos e filhos. E houve gente obrigada a deitar sobre formigueiros, numa reedição da lenda do Negrinho do Pastoreiro.

No fim da noite uma comissão de parlamentares, sindicalistas e religiosos progressistas pôde finalmente entrar no local onde se desenvolvera o combate. "Era um quadro comovente", relata o vereador comunista Carlos "Taquara". "Centenas de homens, mulheres e crianças feridas, sem atendimento médico, sem alimentos. Muitos só de calção, e alguns só de cuecas. Levamos para Cruz Alta e hospitalizamos os mais feridos, e providenciamos remédios e ambulâncias para os demais."

"Taquara" acha impossível calcular o número de feridos, ou saber se houve mortos. "Como os colonos procedem de diversos municípios, eles se perderam, e começaram a aparecer apenas na tarde do dia 12. Há pelo menos 30 presos, e 30 feridos graves. No dia 13, no mínimo 11 pessoas ainda estavam desaparecidos.

## "Só nas pernas"

No exato momento em que os camponeses contavam feridos a UDR promovia uma ruidosa comemoração em Cruz Alta. Um foguetório festejou a operação policial. E vários populares relataram que dezenas de caminhonetes tipo F-1000, com adesivos da entidade fascista, desfilaram pelas ruas da cidade carregadas com armamento moderno. A família Vieira, proprietária da fazenda, fez questão de reunir os policiais para oferecer-lhes uísque. "A polícia agiu corretamente", disse a viúva Maria Fausta. Afinal, "eles só atiraram nas pernas dos colonos" completou sua filha Ângela.

O governador Pedro Simon, que é o comandante supremo e o responsável em última instância pelas ações da Brigada Militar limitou-se, no dia seguinte, a lamentar "a confusão". Sequer a constituir uma comissão de inquérito dispôs-se este homem que foi eleito com votação maciça entre os trabalhadores rurais, mas que adota desde o início de seu governo uma postura de conciliação e de concessões aos grandes grupos econômicos.

Do lado dos agricultores reforçaram-se os sinais de que não é possível frear a luta pela reforma agrária a golpes de baioneta. "Não adianta. É nossa situação que nos faz agir assim", declarou Irene Scherner à "Classe Operária". "Ainda estamos no começo da luta", garantiu Enio Bohnerberger, um dos líderes do movimento dos sem-terra.

é correspondente da "Classe" em Porto Alegre.



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## VIDA OPERÁRIA

### Férias

*Veja bem, meu patrão  
Como pode ser bom  
Você trabalharia no sol  
E eu tomando banho de mar  
(Milton Nascimento e Fernando Brant)*

— *Inácio, se você quer saber a minha verdade, eu conto ela toda pra você. Eu sou mesmo um diabo de um cabra rude, que nunca vai andar pra frente. Não aprendi as maneiras de me controlar. Quando vem esta época é um desespero medonho, dá vontade de ver o tempo estancando pro dia de amanhã não chegar nunca mais.*

*Inácio olhou atento para a figura franzina de Jaime e reparou então com mais nitidez que de perto, e sem uniforme, ele era inteiramente distinto do que aparentava ser na fábrica.*

*O paraibano era soldador. Máscara enorme na cabeça, o corpo inteiro coberto de "couros" — perneira, avental, luvas, capuz —, dava a idéia de possuir uma estrutura robusta, compacta. Tinha gente que o apelidava de "Hulk". E essa impressão se reforçava ao vê-lo debruçado durante horas a fio sobre chapas de aço enormes, as mãos segurando com firmeza o alicate, o corpo impassível diante da chuva de fagulhas incandescentes que se desprendia do eletrodo, como num interminável curto-circuito.*

*Despido da armadura, porém, Jaime exibia os braços e pernas finos, a estatura mediana, as costas arqueadas. Era muito quieto. Estavam no boteco bebendo por ele, que entrava de férias na manhã seguinte, e ele próprio conservava-se fechado, os músculos da face contraídos, a boca trancada. Tomava um gole depois do outro.*

*E foi só depois da quarta ou quinta dose que revelou a Inácio que o motivo do emburramento era justamente aquele que todos pensavam estar comemorando: suas férias.*

*Contou que conversara na noite anterior com a mulher. Lápis e papel nas mãos, haviam feito as contas e constatado a falência de todos os planos feitos anteriormente.*

*E não se tratava sequer de projetos de ambição, como a nunca realizada viagem a Campina Grande, para rever a família e os amigos. Na mente simples de Jaime ela era já uma espécie de sonho irrealizável, só as passagens de ônibus para ele, a mulher e as três crianças custando mais que o salário inteiro das férias.*

*Não. Eles tinham desejado desejos modestos, como reboçar as paredes da sala, frias como gelo nas noites de inverno, e trocar a mobília do quarto, composta desde o casamento de duas camas de solteiro apoiadas em quatro tijolos, um guarda-roupas com porta de pano e uma comodinha toda repregada.*

*Os números haviam decretado, porém, que nem isso seria possível. Estavam pendurados em dívidas. Nervosa, a mulher acusara Jaime de ser descontrolado, de não conseguir fazer orçamento, de gastar o que não tinha. Ele não pensara em outra coisa, durante todo o dia.*

*Disse a Inácio que a cada vez que sacudira os ombros para deixar cair a máscara sobre os olhos e iniciar a soldagem de uma nova chapa, sentira-se como se estivesse refazendo as contas que fizera na véspera, e concluindo de novo que o salário iria ser todo consumido pelas dívidas antigas. E contou que vira também, em cada eletrodo incendiado e transformado em metal líquido e fagulhas, seus sonhos de peão se desfazendo. E relatou por fim, com a face ainda mais contraída, que encerrando o expediente pensou que, no fim das contas, talvez fosse melhor que nem férias houvesse, para que pelo menos ele não fosse obrigado a voltar para casa humilhado, passar vinte dias em casa, sem poder fazer aquilo que planejara.*

*Inácio ia começar a dizer que não era nada daquilo, que ele devia compreender que o problema estava no salário, tão pequeno, e não nos projetos de progredir, que todos tinham obrigação de fazer. Jaime, porém, estava amargurado demais para ouvir. Inácio viu quando ele tomou um último gole, virou as costas e saiu caminhando pela rua, braços e pernas finos, estatura mediana, costas mais arqueadas que nunca.*

(Júlio Viana e Geraldo Aílton)

# Luta e boicote no dia das mulheres

Ana Maria Rocha\*

**Em todo o Brasil o 8 de março foi comemorado com atos públicos massivos, que expressaram um firme apoio à greve geral. Mas a grande imprensa escondeu as manifestações, ou procurou esvaziar seu conteúdo político.**

Temos repetido que as comemorações do 8 de março, dia internacional da mulher, são um termômetro do estágio de participação e organização das mulheres. No Brasil e no mundo, as mulheres foram às ruas em seu dia não só em prol de suas reivindicações específicas, como para se integrarem à exigência de questões candentes de interesse de todo o povo.

As manifestações das palestinas se deram em meio a uma greve de 48 horas convocada pelo povo palestino para marcar o 16º mês de levante contra a ocupação israelense. No Chile, uma manifestação contra a tortura desafiou a polícia chilena, marchando pelo centro da capital, Santiago, homenageando as mulheres chilenas torturadas pela ditadura de Pinochet.

### Grandes manifestações

No Brasil, a amplitude com que foi comemorado o 8 de março reflete a dimensão que vai tomando a questão da mulher no país. Houve desde programações especiais no rádio e na televisão, exposições, shows, pronunciamentos nas

Câmaras e Assembléias Legislativas, até as comemorações organizadas pelas mulheres de Norte a Sul do País, que variaram desde júri simulado em Goiás, comemoração em recinto fechado como em Curitiba, ato de 20 mil trabalhadoras rurais em Porto Alegre a manifestações em porta de fábricas para homenagear as trabalhadoras. A marca deste ano, no entanto, foram as grandes manifestações unitárias de rua ocorridas nas principais capitais do País, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, dentre outras. Elas refletiram o grau de amadurecimento do movimento progressista das mulheres, que avança na concretização de articulações unitárias, preservadas as particularidades e concepções dos diversos grupos. Ao fortalecer os foruns unitários, as mulheres somaram esforços neste 8 de março e seguirão em frente no sentido de garantir na prática as conquistas registradas na Constituição e influir decisivamente nos rumos progressistas da eleição para presidente da República.

### Conselho ameaçado

O corte de verbas e funcionárias do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, anunciado pelo ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, justamente no dia 8 de março, serviu de alerta para que as mulheres permaneçam vigilantes e na luta para que suas conquistas não sejam golpeadas, como este esvaziamento do CNDM. Como se sabe, este órgão insti-

tucional resultou da mobilização das mulheres, sobretudo, no período das diretas, jogou papel decisivo para a inclusão das reivindicações femininas na Constituição e não podemos aceitar de forma nenhuma o seu desmantelamento por parte do governo Sarney.

É bom termos presente que as forças retrógradas não ficarão passivas diante do avanço crescente do nível de mobilização e consciência das mulheres não só por seus direitos como diante dos problemas nacionais. Não foi à toa o boicote da grande imprensa, da Rede Globo e da "Folha de S. Paulo", à grande passeata das mulheres paulistas no 8 de março. Essa manifestação de 5 mil mulheres, apesar da chuva torrencial que caiu durante toda a tarde e noite, exigia os direitos da mulher trabalhadora, a creche, os 120 dias de licença-maternidade, o direito à saúde, a legalização do aborto, como destacaram alguns jornais. Mas a passeata e o ato final tinham um conteúdo político central de conchamar as mulheres à greve geral que se realizaria nos dias 14 e 15 e de claro repúdio ao governo Sarney e seu "Plano Verão". Isso não interessava aos poderosos mostrar para a opinião pública de São Paulo e de todo o Brasil, mesmo que nessa manifestação estivesse presente a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que por sinal também apoiou a greve geral.

\*Membro do Comitê Central do PCdoB e responsável pelo trabalho do partido no movimento de mulheres.

Fotos: Aguinaldo Zordenoni



Mais de 5 mil mulheres participaram de passeata em S. Paulo, que contou com a presença da prefeita Luiza Erundina.

# “Plano Brady”: alívio da dívida ou o fortalecimento do FMI?

Edson Silva \*

Os principais órgãos da imprensa burguesa em todo o mundo têm dado grande destaque nas últimas semanas ao que consideram os “novos e bons ventos” para o tratamento da volumosa dívida externa dos países dependentes. Um editorialista eufórico chegou a falar de “uma luz no fim do túnel”. A revista “Veja”, mais realista do que o rei, foi além e estampou a seguinte manchete: “A dívida externa já era”. Afirmação que só pode soar como piada (de mau gosto, por sinal) ou truque comercial para atrair leitores. Alguém menos avisado, mas ciente das desiguais relações internacionais, deve ter pensado que uma repentina revolução havia triunfado (?).

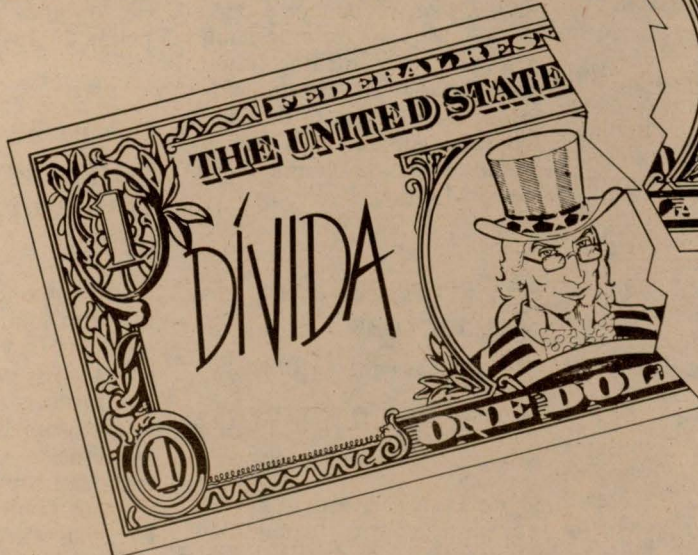
Toda essa quimera foi motivada pelo pronunciamento do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, dia 10, para banqueiros e outros membros do Bretton Woods Committee, quando foram esboçadas as “linhas gerais do plano Brady” para a dívida externa dos países em desenvolvimento”, cuja linha mestra é uma vaga promessa de “encorajar a redução de dívidas numa base voluntária”.

## Reforço do FMI

Pretende o senhor Brady que países imperialistas e banqueiros canalizem seus investimentos para o FMI que, por seu turno, financeira (ele não precisou como) a redução das dívidas dos dependentes. Tudo de forma convenientemente genérica e imprecisa. O alto funcionário norte-americano só não foi vago quando anunciou os objetivos do seu plano: “manter o importante papel das instituições financeiras (leia-se FMI e Banco Mundial) e preservar sua integridade financeira”, ao lado de “assegurar que os benefícios (leia-se dólares) estejam disponíveis para todos os países endividados que demonstrem compromissos com políticas econômicas firmes”.

Disse mais o senhor Brady: “esperamos que as nações devedoras mantenham programas viáveis de conversão da dívida em investimentos...” Já o presidente do Bank Of America, A. W. Clausen (ex-

# CORTA ESSA,



# TIO SAM!

presidente do Banco Mundial), interpretando a opinião dos poderosos banqueiros, foi taxativo: “só poderão ser incluídos no plano os países que estejam ajustando suas economias a programas aprovados pelo FMI e o Banco Mundial”.

## Bancarrota

O objetivo não poderia ser mais explícito. O imperialismo trata a um só tempo de salvar o combalido sistema financeiro internacional, pelo qual exercita sua criminosa pilhagem, e adequar essa pilhagem às circunstâncias atuais de explosiva instabilidade social e de profundo debilitamento das economias dos países dependentes.

O atual ensaio do senhor Brady faz lembrar a apresentação do altissonante “plano para promover o ajuste financeiro dos países endividados”, apresentado em outubro de 1985 na Coreia do Sul pelo então secretário de Estado norte-americano, James Baker. Um fracasso. O saldo de lá para cá é patético. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) concluiu que a região completou 10 anos de estagnação no ano passado, sendo que seu PIB per capita caiu 1,5% chegando aos níveis de 1978, enquanto a inflação avançou de 84,6% em 1982 para 472,8% em 1988. As exportações cresceram, mas o

superávit comercial obtido foi consumido essencialmente com o pagamento dos juros da gigantesca dívida externa do continente (de 415 bilhões de dólares).

Durante os últimos cinco anos a América Latina pagou em juros 120 bilhões de dólares a mais do que recebeu em novos empréstimos, segundo ainda os estudos da Cepal. Entre 1982 e 1988 a dívida dos 15 maiores devedores evoluiu de 262 para 280 bilhões de dólares. Não é de estranhar que a diferença da renda média por habitante entre os chamados países desenvolvidos em relação aos dependentes tenha se elevado de 2,3 mil dólares em 1967 para 13,9 mil dólares atualmente.

## Manobra imperialista

O plano do atual secretário de Estado norte-americano não introduz rigorosamente nada de novo que efetivamente favoreça o desenvolvimento sócio econômico dos devedores sem as amarras escravizantes do capital monopolista. Todavia, não lhes escapa o fato de que cada vez menos países pagam o principal dos débitos e há ameaças de suspensão do pagamento dos serviços. O sistema financeiro fica virtualmente vulnerável a uma crise de grandes proporções. O imperialismo manobra, procura se antecipar, mas nada oferece. Seu desafio, insolúvel, é manter a dominação sem ma-

tar a galinha dos ovos de ouro.

Todos os acenos do imperialismo, suas ofertas de dólares e aparentes facilidades para os endividados, são acompanhados e condicionados por exigências de “políticas econômicas firmes”, que se traduzem, regra geral, em arrocho salarial, corte de gastos públicos em áreas sociais, privatização de lucrativas empresas estatais, maiores concessões ao capital estrangeiro, recessão, inflação, desemprego, concentração maior de renda e coisas do gênero. Daí que a negociação deva ser feita caso a caso, como advertiu o presidente do Bank Of America.

## Disputa

A ação dos Estados Unidos em relação à dívida insere-se também no contexto da disputa interimperialista com o Japão, é uma tentativa de segurar a ofensiva do capital nipônico sobre países que os ianques consideram como redutos exclusivos. Afinal, o “esquema de reciclagem financeira”, conhecido como “Plano Nakasone” (de autoria do ex-primeiro ministro japonês), dispõe de 30 bilhões de dólares para despejar nos países com “problemas de desenvolvimento e dívida externa” — eufemismo para dissimular a pretendida expansão não menos saqueadora do capital financeiro nipônico.

co antes da reunião do Bretton Woods Committee, o secretário-assistente do Tesouro americano, Charles Dallar, esteve em Tóquio, acertando os ponteiros com o ministro das Finanças japonês. O próprio Brady declarou durante as conferências: “fizemos consultas próximas com o Japão...” O jornal Washington Post chegou a dizer que “o Japão fornecerá bilhões de dólares para os planos da nova estratégia que está sendo elaborada pelo Tesouro dos EUA”. Com isso, a Casa Branca trata de atrair o capital japonês para a sua esfera de influência.

A catástrofe verificada até aqui continuará, com a nova estratégia do governo norte-americano subordinando a economia dos países dependentes e sacrificando pesadamente os trabalhadores. A anunciada intenção de reduzir a dívida, num jogo matemático que preserva os grandes lucros dos banqueiros, não corresponde efetivamente aos interesses das nações espoliadas à exaustão pelo capital financeiro internacional. A continuidade do pagamento da dívida acentuará ainda mais as contradições econômicas e sociais nos países dependentes, impedindo o progresso. Impõe-se o não-pagamento dos débitos, pondo fim ao avassalamento insuportável do imperialismo internacional.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Não foi por acaso que, pou-

\* Economista, presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul

# A louca ciranda dos dólares

Antonio Martins

**A "Classe" conta a fantástica história dos bilhões de dólares remetidos nos últimos anos ao exterior por grandes empresas e especuladores brasileiros. E mostra que após o "Plano Verão" este dinheiro está voltando ao Brasil para curtas temporadas, que permitem ganhos incríveis.**

De uma maneira ou de outra, todos os analistas sérios da economia brasileira já reconheceram que as taxas de juros estratosféricas pagas pelo Tesouro Nacional desde o início do "Plano Verão" estão levando o Estado brasileiro a atrair virtualmente todos os recursos disponíveis na economia, e a assumir uma dívida que torna-se cada vez mais onerosa e desestabilizadora. Nas últimas semanas, no entanto, começou a ser revelada a existência de operações que demonstram com nitidez inédita o grau de insensatez a que chegou a política de juros do governo, que é reconhecida como o alicerce básico de seu plano econômico atual.

Atraídos pela possibilidade de ganhos que não encontram paralelo no mercado internacional, aplicações antes concentradas em outros países estão sendo deslocadas para o mercado financeiro brasileiro. Milhões de dólares chegam ao país a cada dia, são convertidos em cruzados no mercado paralelo e aplicados no **overnight**. Poucas semanas depois fazem o caminho oposto. São transformados em novos dólares, sempre no paralelo, e remetidos de volta ao exterior. Neste momento, porém, a aplicação inicial está substancialmente aumentada. E quem paga a conta é o Tesouro e o povo brasileiro.

O suíçimento desta autêntica ciranda de dólares tem a ver com o que o jornal "Gazeta Mercantil" chamou, no último dia 21, de "internacionalização" do mercado financeiro brasileiro. É um processo que começou há alguns anos, e que tinha em seu início uma direção inversa à que apresenta hoje. Seja para colocarem a salvo somas obtidas ilegalmente no país, seja para prevenir-se frente a uma eventual mudança política que considerassem perigosa, especuladores individuais e grandes empresas brasileiras passaram a procurar mecanismos através dos quais pudessem remeter recursos para o exterior.

Um dos maiores estudiosos deste processo é o jornalista Teodomiro Braga, do "Jornal

do Brasil". Em agosto do ano passado, ele publicou uma série de reportagens sobre o assunto, onde revelava aspectos da operação até então inteiramente desconhecidos pelo público. O trabalho valeu-lhe a conquista do Prêmio Esso de Jornalismo.

**Apenas em um ano, 6 bilhões de dólares foram expatriados**

Teodomiro demonstrou que a remessa de recursos ao exterior, por empresas e cidadãos brasileiros, estava atingindo índices cada vez mais alarmantes. Tinha saltado de 5,8 bilhões de dólares, no período compreendido entre 1977 e 1982, para US\$ 12,8 bilhões, no intervalo — menor — de 1983 a 1986. E desde então disparara, estando previsto que apenas em 1988 6 bilhões de dólares seriam expatriados.

Havia dois motivos básicos para o movimento. O primeiro era o aumento das incertezas em relação ao desempenho da economia brasileira, e da intranquilidade das pessoas de posses quanto ao destino político do país. Um operador do mercado paralelo de câmbio chegou a relatar a Teodomiro que até mesmo fazendeiros, tradicionalmente conservadores em suas aplicações financeiras, estavam correndo atrás de dólares para enviar ao exterior, alegando estar "com medo do que pode acontecer no futuro".

Além disso, a remessa de divisas vinha sendo estimulada, desde 1984, pela mudança da política econômica dos Estados Unidos, o país-sede da maioria dos bancos estrangeiros que operam no Brasil.

Interessados em atrair inves-

timentos de todas as partes do mundo, os EUA haviam eliminado uma enorme série de impostos e taxas que incidiam sobre aplicações feitas por cidadãos estrangeiros, além de criarem várias modalidades de seguros para garanti-las. Além disso, impulsionavam com seu enorme peso econômico uma política de valorização constante de dólar, o que tornava ainda mais interessante deter aquela moeda. Na esteira desta política, os bancos e corretoras de valores americanas chegaram a contratar funcionários e a criar departamentos específicos para estimular a captação de recursos nos diversos países do chamado Terceiro Mundo.

**As remessas são ilegais, mas é possível fazê-las em todos os bancos**

Pelas leis brasileiras fazer tais aplicações é absolutamente ilegal por diversos motivos. Primeiro, porque a própria compra de dólares no mercado paralelo é condenada pela legislação, exatamente para evitar a fuga de capitais. Segundo, porque ter conta no exterior é algo admitido pela lei apenas em casos especiais, e exige sempre que os valores possuídos sejam declarados no imposto de renda, o que nunca era feito nas operações descritas por Teodomiro.

No entanto, notava ele, a legislação era solenemente ignorada. "Aplicar dinheiro num banco estrangeiro tornou-se quase tão simples como abrir uma caderneta de poupança", escreveu o jornalista. E em seguida ressalta que a operação

era feita pelos escritórios de câmbio paralelo, por todos os bancos estrangeiros com agências no país e por pelo menos uma dezena de bancos brasileiros, entre os quais pelo menos um estatal — o Banespa. Se o aplicador assim o solicitasse, o banco que iria receber seus depósitos no exterior dispunha-se a enviar toda a documentação relativa à conta corrente em envelope inteiramente branco, sem qualquer identificação capaz de despertar suspeitas da Justiça.

**"Não há empresa de porte que não tenha conta no exterior."**

Estimulada por um leque tão amplo de facilidades, a remessa de recursos para fora do país transformou-se em autêntica *febre*, entre as classes dominantes. "Hoje boa parte das pessoas que conheço tem conta no exterior, assim como não há empresa brasileira de porte que não tenha" declarou a Teodomiro Braga o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Cálculos feitos pela equipe do ex-ministro Dilson Funaro tinham revelado a existência de pelo menos 20 bilhões de dólares depositados em contas correntes de pessoas físicas ou jurídicas brasileiras no exterior.

Foi a partir do "Plano Verão", porém, que os mecanismos azeitados durante anos para levar dinheiro ao exterior passaram a trabalhar em direção inversa, e a realizar uma operação ainda mais lesiva aos interesses do país.

Trata-se agora de trazer de volta as somas expatriadas. Não para propiciar investimentos produtivos e para permitir que riquezas geradas no

Brasil sejam aqui aplicadas, gerando novas riquezas. Mas sim para que dinheiro depositado no exterior "passeie" por algumas semanas na ciranda financeira patrocinada pelo Tesouro Nacional e após curta temporada volte ao ponto de origem, acrescido de mais dinheiro.

A taxa de juros adotada após o "Plano Verão" tornou isso possível e altamente vantajoso.

**Em nove semanas, ganhos iguais aos de quatro anos nos EUA**

Uma aplicação nos Estados Unidos, rende, se bem remunerada, juros de 11% ao ano. No **over** brasileiro o Tesouro pagou em fevereiro, e pagará novamente em março, taxas de aproximadamente 20% ao mês. Um aplicador que tenha trazido no mês passado somas ao Brasil, que as tenha aplicado no **over** e que as mantenha lá até o fim deste mês terá auferido, num período de nove semanas, um ganho semelhante ao que só obterá em aproximadamente quatro anos, nos EUA. E como os títulos do governo brasileiro são todos de curtíssimo prazo, ao final de março o investidor poderá resgatar tranquilamente suas aplicações, convertê-las num montante de dólares 44% superior ao original e remetê-los de volta para a segurança de um depósito num banco americano.

**75% da receita de São Paulo só para pagar os juros**

Quem paga a conta é, evidentemente, o povo brasileiro. No último dia 12 o secretário da Fazenda de S. Paulo, José Machado Campos Filho, apresentou à imprensa dados esclarecedores a respeito da situação financeira do Estado mais rico do país. São Paulo possui uma dívida interna equivalente a 1,5 bilhão de dólares. A taxa de 20% ao ano o Estado é obrigado a pagar, todo mês, 300 mil dólares de juros. A arrecadação mensal, porém, é de 397 mil dólares, o que significa que 75% dela estão irremediavelmente comprometidos com o serviço da dívida. Sobram 25%, para realizar investimentos, pagar o funcionalismo, manter serviços essenciais e enfrentar os gastos com a saúde. Há quem afirme que o pagamento de salários, a construção de obras, as estatais são as causas do déficit público brasileiro...



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# O Partido e o movimento popular

Dynéas Aguiar\*

O Brasil tem passado por muitas transformações. Uma delas é a urbanização de sua população.

A crise no campo causada pela intensa monopolização da terra impede a milhões de brasileiros o acesso à sua propriedade e mesmo ao trabalho. Por outro lado, o relativo desenvolvimento da produção industrial necessita da ampliação do exército de reserva da mão-de-obra. Estes são os dois fatores, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo nas cidades, que impulsionam essa tendência e o fluxo migratório.

A menos que se modifique radicalmente o modelo econômico e político do país, não há como evitar esse deslocamento populacional.

Os dados fornecidos pelos censos indicam:

ANO	POP. RURAL	POP. URB
1940	70%	30%
1987	25,8%	74,2%
1990	23,7%	76,3%*

\* Projeção do IBGE sobre o censo de 1985

Esse verdadeiro "inchaço" das cidades agrava e deteriora ainda mais as já precárias condições de vida das massas trabalhadoras. As periferias dos municípios de grande e médio portes se transformaram em verdadeiros depósitos humanos sem um mínimo de infraestrutura que garanta as condições básicas para uma vida digna. São dezenas de milhões de brasileiros que sofrem as conseqüências do modelo capitalista dependente em que vivemos.

Nos bairros populares da periferia falta tudo: calçamento, serviços de água e esgoto, iluminação pública e residencial, transporte coletivo, rede de abastecimento, escolas, creches, assistência médica etc. Nas favelas a carência é igual, agravada pela poluição ambiental. Os comunistas não podem ser indiferentes ao sofrimento e à falta de perspectivas a que essas condições de vida sub-humanas relegam grande parcela da população brasileira.

Os moradores dos bairros mais antigos, já urbanizados, igualmente enfrentam grandes dificuldades pela precariedade de atendimento dos serviços públicos, infra-estrutura deficiente, desemprego, carestia de vida etc.

Essas precárias condições rebaixam o padrão de vida de milhões de trabalhadores, sendo uma das causas de seu empobrecimento absoluto e relativo.



Não há conformismo nem passividade nessa parcela da população. Ao contrário, sua luta e mobilização tem sido permanente. Na história do movimento popular estão incluídos grandes feitos, tanto no terreno econômico e social, como nas ações políticas.

Em termos organizativos é onde existe o maior número de entidades em relação aos demais segmentos que formam o movimento popular. Associações de moradores, clubes de mães, organizações dos sem-terra, pró-melhoria e urbanização das favelas, grupos culturais, esportivos etc., somam hoje cerca de 62.000\*. Congregam milhões de associados. No geral, essas entidades estão unificadas através de Entidades Municipais, Federações Estaduais e nacionalmente pela CONAM.

O Partido tem tradição de presença nas lutas dos moradores e na vida de suas entida-

des em todos os níveis. No entanto, detectamos nos últimos tempos um relativo abandono dessa importante frente por parte de nossos militantes.

Tenta-se justificar esse abandono com a alegação de que o prioritário é atuar nas categorias profissionais e nas universidades e escolas. Outros alegam que a população da periferia é muito atrasada e que nas campanhas eleitorais têm votado nos candidatos conservadores, direitistas e populistas.

Nenhum desses argumentos, e outros de menor consistência, justificam essa postura de certos militantes e alguns dirigentes. É uma interpretação mecanicista e metafísica das resoluções do 7º Congresso.

Quando o 7º Congresso definiu as prioridades para a atuação e organização do Partido não indicou como conseqüência que as demais frentes fossem abandonadas. Muito

pelo contrário, chamou a atenção para que o Partido reforçasse seu trabalho nos bairros, entre as mulheres, os jovens etc. levando em conta exatamente os indicativos da resolução política que nos orienta para a formação de ampla frente popular e democrática. Como pensar num movimento de ampla envergadura, que congregue milhões de pessoas, no qual o aspecto popular prevaleça, sem a incorporação dos moradores dos bairros populares, dos conjuntos residenciais e das periferias das capitais e cidades do interior?

A incompreensão da importância das alianças com sólida base popular leva ao isolamento da classe operária e da sua vanguarda. A base da aliança ao nível de massas será apenas o movimento sindical e o estudantil? Ou inclui, necessariamente, as massas trabalhadoras que congregam amplos setores das massas, trabalhadores ou não?

O relativo abandono do trabalho nas entidades de moradores, culturais, esportivas, etc., tem tido reflexos orgânicos altamente negativos. Verifica-se em algumas capitais e grandes cidades do interior um certo processo de estagnação e em alguns casos mais graves desagregação das organizações de base que atuam nos bairros.

No processo de legalização do Partido filiamos dezenas de milhões de pessoas nos bairros e nas cidades do interior. No entanto, o percentual de incorporação desses filiados ainda é muito baixo. Muitas podem ser as causas. No entanto, a principal é, sem dúvida alguma, a desestruturação das OBs de bairro e a falta de sua atuação organizada junto às massas.

Camaradas que foram eleitos para a direção das entidades de moradores em geral criticam os dirigentes distritais e municipais pela falta de acompanhamento de sua atividade e do planejamento do trabalho ao nível mais geral. Esses camaradas acabam atuando só no âmbito de sua entidade, em seu bairro, o que não contribui para elevar a sua visão e compreensão sobre a importância das lutas gerais e políticas.

O 7º Congresso do Partido nos indica de forma precisa a complexidade do momento que vivemos. Demonstrou através de suas resoluções a necessidade de atuarmos nas mais variadas frentes. Essa situação exige das direções partidárias um esforço permanente para que o Partido esteja presente, de forma multilateral, nas lutas das massas e em particular nas direções de suas entidades. Para que tal ocorra é preciso que a organização partidária, a OB, seja bem acompanhada, tenha domínio da nossa linha política, de nossa tática e dos objetivos estratégicos. Só assim poderá organizar e mobilizar amplas massas em suas lutas específicas e nas grandes batalhas que advirão pelas transformações profundas da sociedade brasileira.

Precisamos adequar corretamente os nossos planos de implantação, reforço e consolidação das organizações do Partido levando em conta as necessidades da ação política junto às amplas massas. É correto hierarquizar e priorizar as tarefas, principalmente no terreno da organização, mas nunca abandonando o que já está estruturado e nem relegando a plano inferior importantes setores de nossa população.

\*Membro da Direção Nacional do PCdoB

## CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

### A raiva do ministro ensina muita coisa

Rogério Lustosa \*

O ministro da Justiça ficou horrorizado com o apoio de alguns prefeitos à greve geral. Mas um trabalhador, que votou na esquerda nas últimas eleições, indaga curioso: "então o prefeito que eu elegi não pode ficar do meu lado?" E outro, mais ousado, acrescenta: "quer dizer que o dever dos governantes é sempre ficar contra o povo?" Estas questões nos remetem a uma análise do caráter do Estado capitalista.

#### Lógica burguesa

A Constituição recém-aprovada assegura o direito de greve e afirma que compete aos trabalhadores decidir sobre a sua oportunidade. Permite, portanto, que cada um, e aos governantes inclusive, opine a favor ou contra o movimento. Mas o Ilmo. Sr. Oscar Corrêa faz escândalo condenando os prefeitos de esquerda e dá a entender que aos governantes só cabe reprimir os que lutam por seus direitos. E mais, sobrepondo-se à Constituição, decreta que é "inadmissível a greve política".

As diatribes do ministro têm uma utilidade. Elas chamam a atenção de que a burguesia não admite governos que respeitem os direitos do povo. E que a lógica burguesa não tolera que uma administração do Estado capitalista manifeste-se a favor dos oprimidos. Até mesmo certos dispositivos que foram incluídos na Constituição por pressão de massas são vistos com rancor pelos donos do poder e, sempre que é possível, aciniosamente desprezados, espezinhados.

#### Novas Regras

Sendo assim, todas as conquistas populares, nos marcos do regime burguês, são condicionais, instáveis. Mesmo os governos de esquerda, eleitos pelo povo, estão obrigados a administrar nos limites das regras capitalistas — e permanentemente sob ameaças golpistas.

O trabalhador consciente, tirando conclusões desta situação, é obrigado a concluir que sua tarefa não termina no jogo eleitoral. A vitória de um governo de esquerda nas próximas eleições é um passo de enorme importância. Levará a uma nova situação política no país e a condições extremamente favoráveis para um salto de qualidade na consciência das grandes massas populares. Mas tudo isto coloca em pauta a marcha para um novo sistema onde não seja escândalo o governante defender a maioria, pelo contrário, que o governo seja representante desta maioria e aja sempre em função de seus interesses.

O novo Estado significa nova Justiça, novas Forças Armadas, novas instituições, novo tipo de governo, novas regras, inclusive para as eleições, que impeçam o poder econômico de suplantar a vontade do povo.

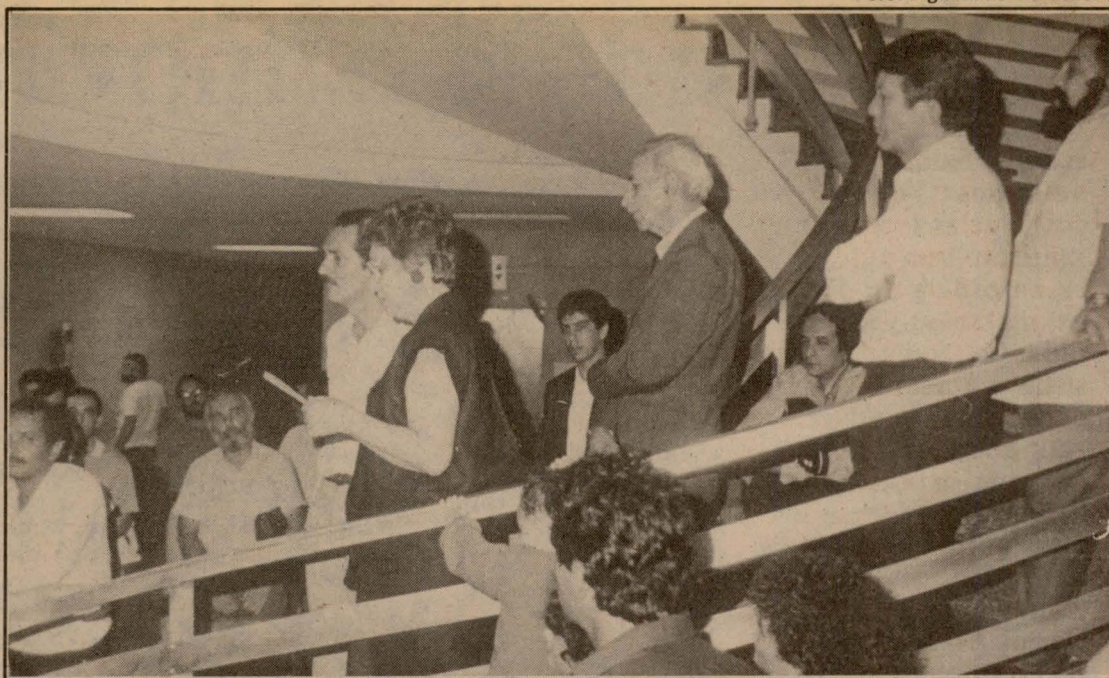
#### Poder Maior

O governo é a administração do Estado por um certo período. De acordo com a mobilização das massas populares, com a correlação de forças em cada situação, o governo pode ser mais ou menos democrático. Ou pode ser uma ditadura militar como a que vigorou por mais de duas décadas depois do golpe de 1964.

Para construir uma sociedade mais avançada, liquidar com a espoliação do país pelo capital estrangeiro, pôr fim à estrutura arcaica do latifúndio, alcançar o progresso social, político, econômico, torna-se necessário pôr abaixo os alicerces do Estado capitalista, construir uma nova estrutura e abrir caminho para o socialismo.

Isto não é um sonho abstrato. O próprio Oscar Corrêa, com a "autoridade" de um jurista, alerta que os governos de esquerda estão sob a guarda de um poder maior, o Estado, — que precisa ser conquistado pelo povo.

\* Membro da Direção Nacional do PCdoB



D. Egle Vanucchi fala no ato que homenageou seu filho e outras vítimas da repressão

## O PCdoB na Câmara de SP

Com significativa presença de sindicalistas, democratas, militantes comunistas e vereadores, foram inaugurados, no dia 17, os gabinetes dos vereadores Aldo Rebelo e Vital Nolasco, do PCdoB em São Paulo. Devido ao grande número de presentes, a solenidade teve que ser realizada nas escadarias internas da Câmara, já que os gabinetes ficaram superlotados.

Aldo Rebelo afirmou que "assumimos, depois de muitos anos, o mandato na Câmara pela nossa própria legenda. Prestamos, através de fotos nos nossos gabinetes, homenagens àqueles que, com a própria vida, contribuíram para que este momento fosse possível. Ali estão Ângelo Arroio, Maurício Grabois e Carlos Danieli, destacados dirigentes do PCdoB; Santos Dias e Manoel Fiel Filho, operários assassinados pela ditadura militar; Helenira Rezende, combatente das Forças Guerrilheiras do Araguaia; Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE; Alexandre Vanucchi Leme, estudante de geologia que hoje, dia 17, completa 17 anos de assassina do pelas forças de repressão; e as figuras dos dirigentes internacionais da classe operária na luta pelo socialismo, Marx e Lênin."

Vital Nolasco reafirmou que o mandato dos comunistas "é uma ferramenta a serviço do povo e da classe operária na luta contra a opressão, a falta de liberdade e os baixos salários." Adriano Diogo, líder do PT na Câmara, destacou que "o PCdoB não arredou pé e lutou nos momentos mais difíceis da campanha da prefeita Luíza Erundina". Pedro Dalari, representando a prefeita Erundina, destacou a "vitalidade do PCdoB, prova viva da esperança do povo brasileiro em uma nova sociedade, socialista".

A mãe de Alexandre Vanucchi, dona Egle, fez um emocionado pronunciamento, dizendo que o ato reafirmou "a presença viva de nossos mártires na luta que travamos hoje". João Amazonas, presidente do PCdoB, chamou a atenção ao fato de que "a sociedade caminha dessa forma. Aqueles que estão na frente da luta são vítimas da violência das classes reacionárias, e nós lembramos deles com saudades e com orgulho. As vitórias, os avanços da sociedade nunca se realizam sem luta. E os que lutam, como Marx e Lênin, viverão milênios nas lembranças do povo". Amazonas alertou ainda para o fato de que "os bandidos que mataram os democratas e comunistas nas sessões de tortura ainda não foram para o tribunal do povo, para serem julgados pelos crimes bárbaros que cometeram. Esses assassinos não poderão nunca ser perdoados". O ato foi encerrado com a apresentação dos cantores Itamar Correia e Marília.

A mãe de Alexandre Vanucchi,

## Um partido na ação política

Mesmo sem ter representante no Parlamento estadual, o PCdoB no Maranhão enviou ao presidente da Assembléia Estadual Constituinte, deputado Ivar Saldanha, sugestões para a elaboração do novo texto constitucional. Segundo o ofício encaminhado à Constituinte maranhense pela presidente do Partido no Estado, Nádia Campeão, o PCdoB "considera de grande importância a elaboração das Constituições estaduais e os debates que certamente vão se desenvolver em torno dos problemas prementes do Estado. O Maranhão, que é palco de graves conflitos agrários e cuja população sobrevive em precaríssimas condições, é hoje também objeto do interesse crescente de grandes empresas nacionais e estrangeiras para a exploração indiscriminada e predatória dos seus recursos e de sua mão-de-obra, sem considerar os interesses maiores do povo maranhense. A Constituição ora em elaboração deverá garantir ao Maranhão um desenvolvimento equilibrado e soberano, contemplar os mais legítimos anseios da população trabalhadora do Estado e aplicar com rigor, amplitude e criati-

vidade os preceitos democráticos da Constituição Federal".

Vital Nolasco, vereador do PCdoB em São Paulo, apresentou na Câmara moção de apoio e solidariedade ao presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Luiz Tenderine, vítima de seqüestro e tortura por parte do Esquadrão da Morte em Pernambuco. Vital afirmou que Tenderine "atuou, aqui em São Paulo, no movimento sindical, onde sempre foi oposição ao sindicalismo pelego. (...) O crime recém-cometido contra Luiz Tenderine não atinge somente sua figura, mas todos aqueles que lutam contra a opressão e a impunidade que grassa em nosso país, procura atingir a igreja progressista e todos os democratas e patriotas".

O vereador João Ghizoni, do PCdoB, propôs a instituição da Tribuna Livre na Câmara Municipal de Florianópolis, que "se instalará no início de cada Sessão Ordinária, com um tempo de 30 mi-

nutos, uma vez por semana, nas segundas-feiras". Pela proposta, participará da Tribuna Livre "qualquer representante de entidade ou pessoa que seja convidada ou que tenha feito sua inscrição através de requerimento, aprovado em plenário". Na opinião do vereador comunista, a Tribuna Livre "favorecerá o fortalecimento e a valorização do Poder Legislativo. Afinal de contas, não se constrói nada de novo sem a participação direta do povo".

O vereador João Bosco, do PCdoB de São José dos Campos, denunciou em sessão da Câmara a empresa "Oliveira Roxo", que presta serviços à Monsanto, pelo transporte de trabalhadores em traseira de caminhão. "Sabemos perfeitamente o risco que isto significa para a vida dos operários, uma vez que, infelizmente, acidentes rodoviários deste tipo ocorrem frequentemente no país, tal como o que recentemente aconteceu em Brasília, onde cidadãos eram transportados dessa forma, como se fossem 'gado'".

# Sobre as ameaças a Salman Rushdie

A ameaça de morte ao escritor Salman Rushdie, autor dos "Versos satânicos", pelas forças obscurantistas iranianas, coloca na ordem do dia para os marxistas-leninistas e todas as forças progressistas e amantes da liberdade uma questão crucial: pode-se contemporizar com os ataques à liberdade de expressão e à luta contra o obscurantismo? É o que responde com ênfase o escritor Carlos Alvarez, em matéria escrita para o semanário espanhol "Vanguardia Obrera", que publicamos na íntegra.

Espantar-se, apesar de que é difícil tal façanha intelectual (espantar-se nestes anos finais do século XX), a verdade é que estamos fazendo uma viagem através do túnel do tempo. A condenação à morte pelo imã Khomeini, ratificada por Ali Kahmenei e o multitudinário coro de súditos integristas que, além das fronteiras do Irã e das naturais do mundo islâmico, expressam-se com a pior linguagem do fanatismo contra o escritor britânico Salman Rushdie, autor do romance "Versos Satânicos", obriga-nos mais uma vez a refletir sobre os tropeços com que avança e retrocede, avança e retrocede, o carro da História, cujas instáveis e dinâmicas rodas tomam às vezes a forma da mais sagrada possibilidade do polígono: o triângulo.

A única nota esperançosa da mensagem de Khomeini é que — creio que desnecessariamente, pois a oferta do Paraíso é suficiente num mundo teocrático e, portanto, à margem de qualquer racionalidade — tenha acrescentado uma generosa recompensa em dólares a quem execute a sentença, avantajando o êxito sobre a intenção com estímulos materiais. Inclusive o imã Khomeini parece desconfiar, e já disse que não encontro justificativa, de que a bem-aventurança futura seja prêmio suficiente para armar a mão do potencial assassino e decidi-lo a afrontar o risco a que sua ação o exponha.

Pobre Irã!

Livrou-se de um monstro — o Xá — para cair nas mãos de outro. Que, parece, tem que escolher continuamente entre o Conde Drácula e a criatura do Doutor Frankenstein (o que não pode causar senão incerte-

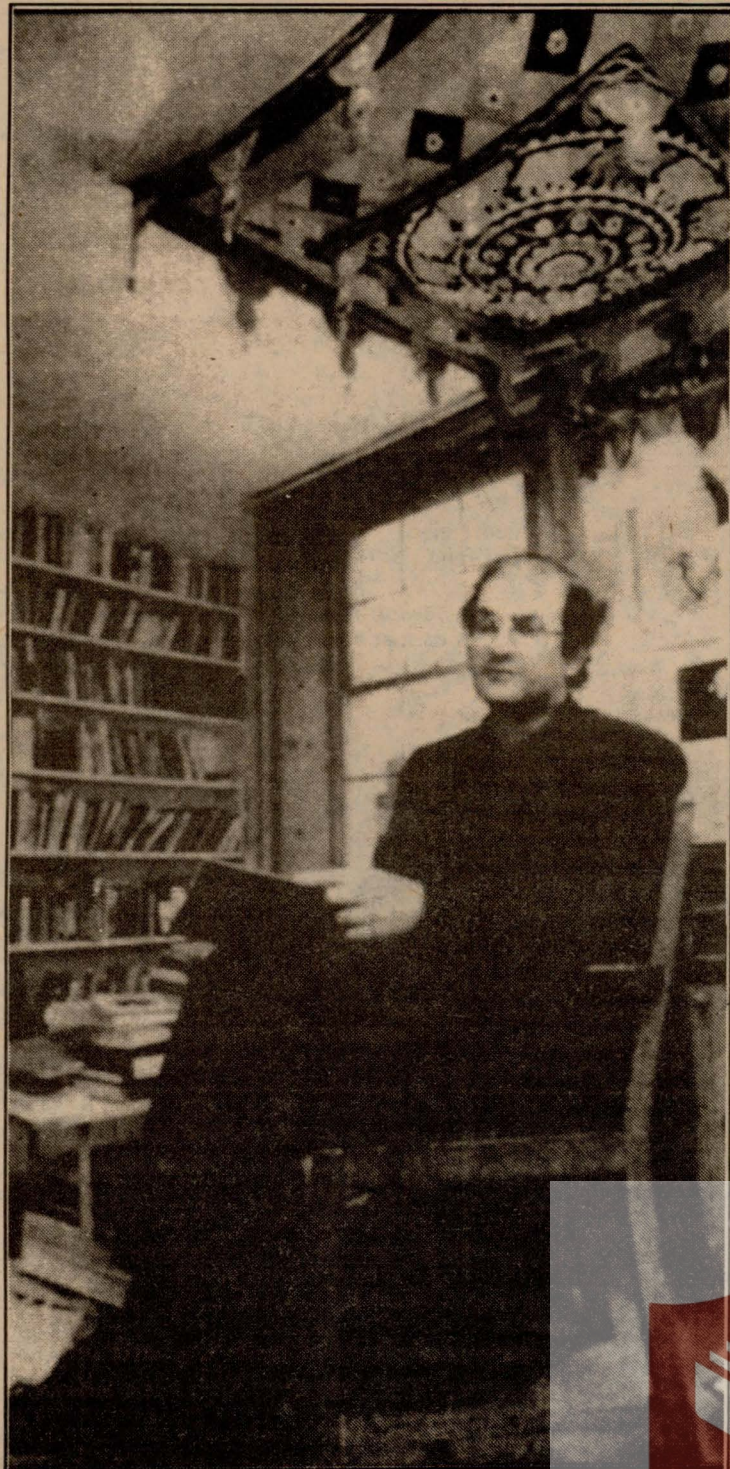
za e angústia aos que, como eu, não passamos de pobres loucos) o destino dos seres humanos... enquanto entre todos não o impeçamos, de um a outro confim. Nada mais que indignação e uma ira *non sancta*, por sorte, mas por desgraça inoperante, mais a aguda solidariedade possível para com o condenado que ousou potenciar a difusão de seu pensamento com a lança da literatura, merecem as ameaças nada depreciáveis de Khomeini contra Rushdie.

Fanatismo, pena de morte, violação de fronteiras para aplicá-la através de voluntários entusiastas ou ambiciosos sicários, incitação ao crime: estes são os horrores que a notícia encerra.

O mundo não-islâmico expressou sua indignação, com

toda justeza, e é plausível que se tenham anunciado medidas de represália contra o imã Khomeini onde mais lhe pode doer — na economia — para tratar de desarmar o braço assassino. Sem dúvida, causa estupefação que fatos similares, com diferentes vítimas e outros verdugos, não tenham provocado outrora uma repulsa que não teria sido menos justa. A originalidade lamentável da conduta de Khomeini está na advertência do crime que incita a cometer, nada além que em sua apriorística publicidade que choca com qualquer código criminal (penal) de nossos dias. O intento de assassinio, por parte de Ronald Reagan, por meio de seus aviadores — não integristas religiosos, mas disciplinados militares —, contra Muamar El-Gadafi, perpetrando o bombardeio de Trípoli e que, entre outras desgraças irreparáveis,

Foto: arquivo



O escritor ameaçado de morte pelo imã khomeini

causou a morte de uma filha do presidente líbio; a tentativa de assassinio de Yasser Arafat pelo governo israelense na Tunísia, que acarretou a morte de vários cidadãos tunísios, ressaltado o aviso prévio (ressalva também discutível), contém idênticos elementos: fanatismo — seja ou não de índole religiosa —, tentativa de aplicação (resultando numa aplicação em pessoas indiscriminadamente) da pena de morte através de obedientes autômatos com feição humana, violação de fronteira, incitação ao crime... fatos conhecidos *hic et nunc*, ou, *agora*, se o traduzirmos do latim.

É justa a indignação contra Khomeini. Não é tanto que não se tenham levantado as mesmas vozes de protesto quando atitudes paralelas foram adotadas por civilizadíssimos ocidentais. Que sorte tiveram os autores da "Vida de Briant", "Je vous salue, Marie", "A Última tentação de Cristo" ou "O pêndulo de Foucault", de que o tempo tenha modificado, em seus âmbitos geográficos, com a ajuda do desenvolvimento dos meios de produção que deu passagem a uma ideologia mais tolerante e *limou as unhas da fera*, a mentalidade ocidental do integrista islâmico!

Seria hoje anacronismo na Europa o que era moeda corrente quando a Igreja possuía o poder temporal já perdido, e não em épocas medievais ou nos albores do Renascimento, pois ainda em vésperas da entrada de Garibaldi em Roma se fuzilava em nome do Papa. Sorte têm os rapazes do coletivo Monty Python, Jean Luc Godard, Martin Scorsese e Umberto Eco, de que não ocorra essa alteração das leis do espaço e do tempo que tão sabiamente desempenham no teatro de Priestley ou Balderson. Teriam que se esconder se a Igreja possuísse novamente o poder que teve antanho. Porque esta última queimaria na fogueira os hereges e blasfemos, se pudesse, nestes tempos em que tem que se conformar com um anátema, isto se deduz do fato de que, quando pôde fazê-lo, o fez.

A desvantagem de Salman Rushdie em relação a Umberto Eco é que a crise, não do Cristianismo — que ocorreu nos tempos de Constantino — mas do catolicismo, sua negação, não alcança o mundo islâmico onde, ao que parece, segue-se crendo em Deus, a mais perigosa e beligerante de todas as crenças, como nos ensina a História, mestra da vida, como todos sabem.

PC da  
Inglaterra  
faz 10 anos

Transcorreu no dia 19 de março o 10.º aniversário da reorganização do Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha, lembrado, em Londres, com um comício que reuniu comunistas de vários países. O PCdoB enviou ao comitê central do partido comunista britânico a seguinte mensagem:

"Ao Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (marxista-leninista)

Queridos camaradas:

Em nome dos comunistas brasileiros, saudamos por seu intermédio todos os militantes do aguerrido Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (marxista-leninista) na passagem, neste 19 de março, do 10.º aniversário da reorganização do partido.

Este acontecimento, ocorrido há uma década, representou um marco na luta da classe operária inglesa, das demais massas trabalhadoras e das forças progressistas na medida em que lhes devolveu seu mais importante instrumento para levar adiante de forma conseqüente a luta revolucionária e emancipadora — o partido de vanguarda marxista-leninista.

A classe operária e os comunistas brasileiros se rejubilam com os êxitos do partido irmão marxista-leninista, que desenvolve suas atividades num dos centros do imperialismo mundial.

Na ocasião em que se comemora o 10.º aniversário da reorganização do partido, queremos externar nossa convicção de que ele saberá conduzir o proletariado e o povo da Grã-Bretanha à conquista de seu ideal supremo — o socialismo. Ao mesmo tempo, auguramos que se reforcem cada vez mais os laços de amizade internacionalista entre nossos dois partidos e a unidade do movimento comunista mundial. Afirmamos os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário."

CDM  
Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## Omar Khayyám

# As Rubaiatas

Omar Khayyám foi um escritor persa (iraniano) nascido no século XI, na cidade de Nisapur, segundo alguns biógrafos, no ano 1040 ou 1062, não se sabe precisamente. Além de poeta e filósofo, “foi matemático e astrônomo. Publicou vários livros de ciências e um tratado de álgebra, atual ainda no ano de 1851, quando foi traduzido para o francês. Praticou a medicina, escreveu sobre alquimia, foi arquiteto. Modificou tábuas astronômicas e participou de uma comissão encarregada de reformar o calendário muçulmano, reforma que oficializou quando foi diretor do observatório de Merv”. Encontramos esta notícia através de seu biógrafo e tradutor, Christovam de Camargo, poeta que verteu suas **Rubaiatas** para o português, o espanhol e o francês diretamente do persa original. O poeta e tradutor brasileiro diz no prefácio da edição das **Rubaiatas**: “Senti na alma e na pele, senti no coração, senti nos nervos e no sangue toda a penetrante poesia desse desencantado amante da vida. E seu horror à distorção e à mentira; sua revolta contra a estreiteza do sectarismo que pavoneia a infalibilidade sem nódoa; sua impermeabilidade ao convencionalismo que tudo distorce; sua resistência ao caciquismo dos conservadores da verdade tradicional; seu ódio à mediocridade satisfeita e bem-falante; sua repugnância por essa manada de eternos genuflexos, de espinhas retorcidas: seu desprezo pela covardia dos turiferários, tudo isso se instalou em meu temperamento como se se instalasse em sua própria casa. Identifiquei-me com os ataques, nos quais o vate panfletário não tem rival, aos exploradores da morte e seus mistérios, aproveitadores de nossa apregoada sobrevivência, empresários titulados da vida no além; com toda essa insubmissão aos monopolizadores de uma verdade oficial: com sua virilidade, seu altivo juvenil empuxo. No terreno das idéias Khayyám era um batalhador sans peur e sans reproche (sem medo e sem reproche).”

Os versos do antigo poeta iraniano de nove séculos atrás são ainda atuais, quando as idéias progressistas são alvo em todos os quadrantes da terra de furiosa perseguição.

Oh Alá!  
Incerto, vacilante,  
sem rumo,

inteiramente desorientado,  
não consigo provar  
a realidade de Teu ser.

Profundas meditações,  
laboriosas lucubrações  
são simples devaneios,  
indagações no vazio  
em busca de Tua Existência  
que não chego a vislumbrar.

Verdadeiramente,  
não posso compreender  
a Tua Existência  
ainda que muita gente boa,  
obcecada e teimosa,  
descreva e proclame

os mais imaginários atributos  
que concordaram prestar a Tu.

Há uma conclusão  
que se impõe:  
ninguém poderá conhecer-te,  
a não ser Tu mesmo...

\*\*\*

Alá,  
se me consideras  
um escravo desobediente,  
sublevado,  
onde estão?  
dize-me,  
tua benevolência  
e teu perdão?

Se és duro e negro  
o meu coração,  
e pérfida a minha alma,  
onde,  
em que ponto do espaço  
brilharão  
as luzes de tua bondade?

Se me prometes  
as doçuras do Paraíso  
como prêmio  
de uma indigna submissão,

isto seria uma negociata suspeita  
digna de bufarinheiros e mascates.

Que diferença haveria então  
entre Tu  
e eles?

Assim,  
nesta confusão e desconcerto,  
como poderei exaltar  
Tua compreensão,  
Tua magnificência,  
Tua divindade?

\*\*\*

Se estou embriagado,  
segundo meus detratores,  
por ter bebido  
o vinho dos magos,  
estou sim.

E se sou ateu,  
idólatra e bruxo,  
porque assim o proclamam,  
sem dúvida serei...

Os partidários  
de todo tipo de seitas e religiões  
se contentam com simples presunções  
e me acusam torpemente,  
sem que disso se envergonhem.

Mas eu me levanto  
acima de sua estupidez.  
A única verdade:  
não sou escravo  
e a ninguém pertence.  
O que sou  
É de minha exclusiva propriedade.

Vivo  
e viverei sempre  
segundo minha consciência.

\*\*\*

Amigo,  
escuta este conselho!

Faze-te de burro  
sempre que estejas  
entre burros,

esses beatos austeros,  
de proverbial ignorância,  
mas que se consideram  
detentores da ciência,  
com o privilégio  
de todos os conhecimentos.

Aprende, pois,  
que todo aquele  
que não se adapte a suas burradas  
e não se ponha

no seu nível,  
burro de verdade,

será denunciado como ateu,  
infiel,  
inimigo de Alá.

\*\*\*

Quem possua neste mundo  
um pedaço de pão  
e a humildade de uma choça  
para se agasalhar;

quem não necessite ser escravo  
nem pretenda escravizar;  
quem seja humano,  
nada mais que humano,

entre a turba de infelizes,  
exploradores e explorados,  
ele,  
somente ele  
viverá feliz

Sua vida será uma alvorada  
de todos os instantes.

\*\*\*

Quando Alá  
procedeu à montagem caprichosa,  
paradoxal  
dos caracteres,

Fê-lo grosseiramente:  
uns saíram  
com excesso de vícios,  
e outros,  
carregados de virtudes.  
Se existem os maus,  
a culpa é Dele.  
E ao bons, os perfeitos,  
por que Ele os destrói?

\*\*\*

Seguimos viagem  
empurrados pelo Destino.  
Depois da partida,  
tudo continuou  
agitado,  
confuso.

Oh, que lástima!  
de cada cem diamantes,  
belos, deslumbrantes,  
não mais que um foi perfurado  
para ser usado.

Ficam centenas,  
milhares de idéias, de sentimentos,  
que seriam  
delicadas figuras literárias.  
Idéias e sentimentos  
que não foram burilados  
em prosa ou verso,  
nem sequer citados.

Causa-nos medo  
a estupidez humana.  
Os inimigos da razão  
nos atemorizam.  
Todo será assim apreendido,  
desfigurado  
e incinerado  
pelos brutos.

\*\*\*

Até quando exibirei  
minha humilhante ignorância,  
até quando  
baixarei minha face envergonhada,  
até quando  
desprezarei brio, dignidade, razão?

Hipocrisia e má fé  
envolvem o mundo.  
Torturado e inquieto,  
meu coração  
se sente asfixiado  
neste mundo deletério.

Já decidi  
apertar a cintura  
na cinta dos magos.

E sabem por quê?  
Pelo envilecimento das seitas,  
das religiões,  
de meu Islã!

\*\*\*

Oh Alá!  
Tu me honras sobremaneira  
interessando-te por mim,  
ameaçando-me  
com horripilantes castigos  
— fome, sede e fogo,  
um sem-número de suplícios  
desumanos.

Compreensivo, como sou,  
tranquilo, como vivo,  
sem falsos temores,  
vejo que não tens razão  
e me causam risos  
tuas criancices...

Porque,  
onde estiveres,  
Alá,  
não há lugar  
onde não estejas presente,  
Alá!

